



0

Colégio Eleitoral

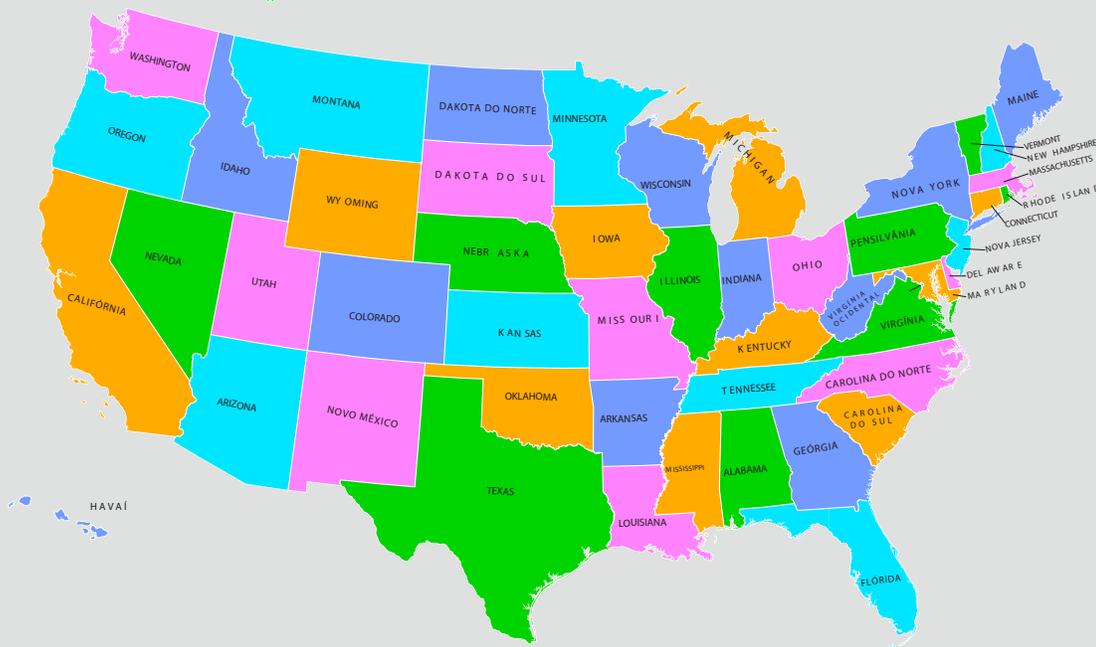


270 votos para serem conquistados

Os 50 estados e o Distrito de Colúmbia
por peso no Colégio Eleitoral...



... e pela opinião convencional



Sobre Esta Edição

Mais de 100 milhões de eleitores provavelmente votarão nas eleições nacionais americanas em 4 de novembro. Mas somente 538 homens e mulheres elegerão o próximo presidente dos Estados Unidos, e essa eleição será realizada em 50 capitais de estado e em Washington, DC, em 15 de dezembro.

Esse sistema de eleição indireta, chamado de Colégio Eleitoral e concebido em 1787 pelos autores da Constituição dos EUA, confunde americanos e não americanos igualmente. Ele reflete o sistema de governo federal de dar poderes não apenas a um governo nacional e ao seu povo, mas também aos estados.

Como escreve nesta edição de *eJournal USA* John C. Fortier, autor de *After the People Vote [Depois do Voto Popular]*, o Colégio Eleitoral exige que um candidato a presidente tenha envergadura nacional e amplo apelo em diferentes regiões: “Uma consequência do Colégio Eleitoral foi tornar difícil para terceiros partidos, facções regionais ou personalidades de menor expressão ganhar a Presidência.”

Os eleitores do Colégio Eleitoral quase sempre votam em dezembro da mesma maneira como votou a população de seu estado em novembro. O vencedor no Colégio Eleitoral quase sempre recebe a maioria dos votos populares em todo o país. Mas como em todos os estados, com exceção de dois, as regras ditam que o “vencedor leva tudo”, ocasionalmente o Colégio Eleitoral elege um candidato diferente daquele que foi escolhido pelo voto popular, como ocorreu em 2000.

O jornalista político David Mark descreve o jogo estratégico decorrente do sistema de Colégio Eleitoral. Durante a campanha, os candidatos a presidente dão menos atenção aos estados que são seguramente democratas ou republicanos. Em vez disso, eles concentram sua atenção e seus escassos recursos em um número relativamente pequeno de estados bastante divididos que decidem as eleições — Flórida e Ohio são exemplos bem conhecidos.

Muitos americanos querem mudar a eleição do presidente para o voto popular direto, mas essa mudança não é iminente. Emendar a Constituição requer enorme vontade política; apenas 27 emendas foram aprovadas em mais de 220 anos. E essa mudança enfrenta a resistência dos pequenos estados, que têm representação desproporcional no Colégio Eleitoral, dos defensores do sistema bipartidário e dos partidários de um sistema federal de governo.

Independentemente de seu mérito, o Colégio Eleitoral pelo menos oferece determinação. A Câmara dos Deputados teve que decidir apenas duas eleições presidenciais porque nenhum dos candidatos obteve maioria no Colégio Eleitoral, e a última vez que isso aconteceu foi em 1824.

Esperamos que esta edição de *eJournal USA* contribua para que você entenda melhor as razões históricas do sistema de Colégio Eleitoral e como ele funciona.

— Os editores



DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA / SETEMBRO DE 2008 / VOLUME 13 / NÚMERO 9

<http://usinfo.state.gov/pub/ejournalusa.htm>

O Colégio Eleitoral

COMO FUNCIONA

5 **Amplio Apelo, Envergadura Nacional**

JOHN C. FORTIER, PESQUISADOR, INSTITUTO EMPRESARIAL AMERICANO

O sistema de eleições presidenciais dos EUA foi estabelecido pelos fundadores do país há mais de 220 anos. Esse sistema não só resistiu à prova da passagem do tempo, como também moldou a política americana no decorrer da história.

9 **Como Funciona o Colégio Eleitoral**

12 **Como Conquistar a Maioria no Colégio Eleitoral**

DAVID MARK, EDITOR SÊNIOR, *POLITICO* E *POLITICO.COM*

O sistema de Colégio Eleitoral torna a eleição do presidente dos Estados Unidos muito mais complicada do que a simples contagem dos votos populares. Os principais partidos políticos têm de forjar estratégias para conquistar os poucos estados decisivos que podem determinar a eleição.

15 **Um Dia na Vida de um Eleitor do Colégio Eleitoral**

BRUCE ODESSEY, EDITOR-GERENTE, *eJOURNAL USA*

Timothy Wilard, um dos 538 eleitores do Colégio Eleitoral que votou para presidente em 2004, narra sua experiência. Seu candidato perdeu.

COMO SE DÁ A CONTROVÉRSIA

17 **Quando o Voto do Colégio Eleitoral É Diferente do Voto Popular**

THOMAS H. NEALE, ESPECIALISTA EM GOVERNO NACIONAL AMERICANO, SERVIÇO DE PESQUISA DO CONGRESSO

Por quatro vezes na história dos EUA, o sistema de Colégio Eleitoral resultou na eleição de um candidato a presidente com menor votação popular do que o outro em todo o país.

22 **Reformar o Colégio Eleitoral? Não é Tão Fácil**

DAVID LUBLIN, PROFESSOR OF GOVERNMENT, AMERICAN UNIVERSITY

David Lublin, professor de Estudos sobre Governo, Universidade Americana

Reformar o sistema do Colégio Eleitoral para eleger o presidente dos EUA demandaria um tremendo esforço e um consenso hoje inexistente.

COMO O MUNDO VÊ ISSO

25 **Sistemas Eleitorais na Perspectiva Internacional**

ANDREW ELLIS, DIRETOR DE OPERAÇÕES,
INSTITUTO INTERNACIONAL PARA A DEMOCRACIA E
ASSISTÊNCIA ELEITORAL (INTERNACIONAL IDEA)

O Colégio Eleitoral dos EUA tem características comuns com outros sistemas eleitorais do mundo todo, mas combinadas de uma forma única.

27 **O Colégio Eleitoral: Uma Visão Francesa**

ANDRÉ KASPI, PROFESSOR DE HISTÓRIA
AMERICANA, UNIVERSIDADE PARIS I PANTHÉON-
SORBONNE

O sistema americano de eleição do presidente permanece um mistério para os franceses, mas alguns aspectos do sistema político dos dois países parecem, na verdade, convergir.

29 **Do Outro Lado do Atlântico, Algumas Semelhanças Surpreendentes**

PHILIP DAVIES, PROFESSOR DE ESTUDOS
AMERICANOS, UNIVERSIDADE DE MONTFORT

Os sistemas eleitorais americano e britânico são bem diferentes; entretanto, às vezes produzem resultados curiosamente semelhantes.

31 **Recursos Adicionais**

Amplo Apelo, Envergadura Nacional

John C. Fortier



Jae C. Hong/AP Images

O Colégio Eleitoral incentiva candidatos presidenciais com amplo apelo nacional e desencoraja terceiros partidos políticos

O sistema de eleições presidenciais dos EUA foi estabelecido pelos fundadores do país há mais de 220 anos. Esse sistema não só resistiu à prova da passagem do tempo, como também moldou a política americana no decorrer da história.

*John C. Fortier é pesquisador do Instituto Empresarial Americano em Washington, DC, e autor de um livro sobre o Colégio Eleitoral, *After the People Vote* [Depois do Voto Popular].*

Muitos americanos não entendem todos os detalhes de seu sistema de escolha presidencial e, em especial, o chamado Colégio Eleitoral, que determina quais indivíduos se tornam presidente e vice-presidente de seu país. Mas eles entendem o quadro geral. Isto é, a cada estado americano é atribuído um certo número de eleitores, com os estados mais populosos tendo mais eleitores e os menos populosos, menos eleitores. Cada cidadão vota em seu estado, e o vencedor do voto popular em todos os estados, com exceção de dois, recebe todos os

votos dos eleitores de seu estado. O candidato a presidente que recebe a maioria dos votos no Colégio Eleitoral se torna o presidente dos Estados Unidos, e seu companheiro de chapa, o vice-presidente.

Naturalmente, há algumas complexidades adicionais no sistema de escolha presidencial. Se os votos do Colégio Eleitoral forem divididos entre muitos candidatos ou se dois candidatos terminarem com o mesmo número de votos eleitorais, a Câmara dos Deputados escolhe o presidente. Também é possível o voto popular nacional favorecer um candidato e o Colégio Eleitoral, outro. Mas essas hipóteses são bastante improváveis. Em quase todas as últimas eleições, o candidato vencedor ganhou o voto popular, a maioria dos estados e a maioria exigida no Colégio Eleitoral.

O Colégio Eleitoral é impopular para a maioria dos americanos. As pesquisas mostram que a maioria deles prefere o voto popular nacional direto, pois acreditam que esse sistema seria mais democrático.



Mark Lemihari/AP Images

George Washington, retratado ao prestar o juramento de posse como primeiro presidente dos EUA, foi o único presidente que não enfrentou oposição nas eleições

Contudo, os autores da Constituição dos EUA, que criaram o Colégio Eleitoral, não o viam como uma instituição de elite destinada a burlar a opinião pública. Eles acreditavam que seu sistema de escolha do presidente fundamentava-se nos sentimentos do povo.

Ao determinar um sistema de escolha presidencial com base na vontade do povo, os autores da Constituição também solucionavam duas outras preocupações. Em primeiro lugar, eles queriam manter a Presidência independente do Legislativo e dos estados. Em segundo, procuravam garantir a eleição de uma personalidade nacional para a Presidência.

Além dessas duas conseqüências intencionais, o Colégio Eleitoral atualmente exerce outro papel não imaginado pelos autores da Constituição — o de baluarte protetor do sistema bipartidário dos Estados Unidos.

PROMOÇÃO DE UM PRESIDENTE INDEPENDENTE

Na Convenção Constitucional, em 1787, os fundadores dos Estados Unidos da América debateram muitas alternativas para eleger o presidente. Eles decidiram-se pelo sistema do Colégio Eleitoral somente perto do final das deliberações. A escolha de um sistema para eleição do presidente esteve relacionada com os poderes e a composição do Poder Legislativo do governo, o Congresso. Somente depois de chegar a uma conclusão sobre o formato do Congresso é que os fundadores começaram a considerar seriamente o modo de escolha do presidente.

O acordo quanto ao formato do Congresso afetou em grande parte a composição do Colégio Eleitoral. A grande questão da época foi um debate entre estados pequenos e grandes sobre a maneira como cada um deles seria representado no Legislativo. O acordo a que chegaram foi o de ter duas casas legislativas — a Câmara dos Deputados e o Senado. Na Câmara dos Deputados, os estados receberiam representação com base na população, e os representantes de cada estado seriam eleitos diretamente pelo povo, embora com direito de voto bem mais limitado em comparação com o que temos hoje. No Senado, todos os estados teriam representação igual. O pequeno estado de Delaware e o grande estado da Virgínia teriam cada um dois senadores, e esses senadores seriam eleitos pelo Legislativo de cada estado. Segundo emenda constitucional posterior, os senadores são agora eleitos diretamente pelo povo.

Uma vez resolvido o acordo sobre o Congresso, os autores da Constituição procuraram garantir que o presidente tivesse poderes e envergadura suficientes para ficar independente do Congresso. Suas idéias eram diametralmente opostas ao pensamento que rege os sistemas parlamentares. No sistema americano, o presidente não viria do Congresso nem seria o líder de um partido do Legislativo. Os autores acreditavam na separação dos poderes. Caso fosse escolhido pelo Congresso, o presidente estaria em dívida com ele, especialmente se tentasse a reeleição junto a esse poder. A preocupação dos autores da Constituição era de que um presidente eleito pelo Congresso dependeria tanto da simpatia da instituição eleitora que seria um mero boneco do Legislativo em vez de ser uma voz independente.

Da mesma forma, eles não podiam permitir que os estados escolhessem o presidente diretamente. Em vez disso, imaginaram um sistema — o Colégio Eleitoral — em que os eleitores seriam indicados por cada estado.

Os Legislativos estaduais teriam oportunidade de interferir no modo de escolher os eleitores desse Colégio. Nas primeiras eleições presidenciais, alguns estados decidiram que o povo escolheria os eleitores do Colégio Eleitoral; alguns estabeleceram eleições populares nos distritos, o que podia resultar na divisão dos votos dos eleitores do estado entre vários candidatos; e outros Legislativos estaduais indicavam os eleitores diretamente, sem eleição popular. Nos primeiros 40 anos da República, a maioria dos estados passou a dar ao povo o direito de escolher seus eleitores, e mudaram para um sistema em que o vencedor do voto popular em cada estado ganharia todos os votos do Colégio Eleitoral daquele estado.

Uma outra característica dos eleitores do Colégio Eleitoral é digna de nota. Os eleitores de cada estado reúnem-se para votar para presidente, mas os eleitores de todos os estados nunca se reúnem em um único órgão nacional.

A distribuição dos eleitores nos estados refletiu o acordo no Congresso, com o número de eleitores atribuído a cada estado com base no número de deputados e de senadores. Portanto, cada um dos menores estados teria três eleitores, um por seu deputado na Câmara dos Deputados e mais dois por seus dois senadores. Atualmente, o estado mais populoso dos EUA, a Califórnia, tem 55 eleitores — 53 por seus deputados na Câmara dos Deputados e dois por seus dois senadores. A distribuição final é amplamente proporcional à população, com os maiores estados tendo mais eleitores do que os menores, embora os pequenos estejam de certa forma super-representados no Colégio Eleitoral devido ao princípio de igualdade dos estados no Senado.

ELEIÇÃO DE UMA PERSONALIDADE NACIONAL

O segredo mais mal guardado entre os autores da Constituição foi que George Washington seria o primeiro presidente dos Estados Unidos. Ele era um herói de consenso nacional e concorreu duas vezes para presidente com êxito e sem oposição.

Mas os autores tinham a preocupação de que depois de Washington houvesse poucos homens de envergadura nacional para atrair os votos dos estados que estavam isolados devido aos sistemas precários de transporte e apegos paroquiais. O Colégio Eleitoral original foi planejado para incentivar a seleção de uma personalidade nacional. De acordo com o Colégio Eleitoral original, os eleitores poderiam votar duas vezes, mas apenas um desses votos poderia ir para um candidato de seu próprio estado.

O candidato com a maioria dos votos seria o presidente, e o candidato com o segundo maior número de votos seria o vice-presidente.

Os autores da Constituição acreditavam que os eleitores poderiam votar para o “filho favorito” de seu estado, mas que teriam de considerar um candidato nacional mais conhecido para o outro voto.

Além dessa característica, o Colégio Eleitoral original não previa a existência de partidos políticos ou chapas políticas de um presidente e um vice-presidente. A pessoa com o segundo maior número de votos poderia vir de uma região ou facção diferente daquela do presidente. Em termos atuais, seria o equivalente a eleger para presidente o republicano George W. Bush em 2004 e fazer do segundo colocado, o democrata John Kerry, o vice-presidente.

O sistema funcionava de fato para incentivar os eleitores do Colégio Eleitoral a votar em personalidades nacionais para presidente. John Adams e Thomas Jefferson surgiram como rivais conhecidos em âmbito nacional no governo de George Washington.

Mas a concepção dos autores de um governo sem partidos políticos desfez-se rapidamente. John Adams e Alexander Hamilton passaram a ser identificados como federalistas, e Thomas Jefferson e James Madison como republicanos democráticos (precursores do Partido Democrata atual). O Colégio Eleitoral original, no qual cada eleitor depositava dois votos, não funcionou bem com esse sistema partidário.

Na eleição de 1800, Thomas Jefferson concorreu a presidente pelo Partido Republicano Democrático, e Aaron Burr, como seu vice-presidente. Essa chapa política venceu o então presidente e candidato federalista à reeleição, John Adams, e seu companheiro de chapa, Charles Pinckney. Mas todos os eleitores que deram um de seus dois votos para Jefferson também votaram em Burr. Embora a intenção de todos fosse eleger Jefferson para presidente e Burr para vice-presidente, os dois terminaram empatados. Coube, então, à Câmara dos Deputados, ainda sob o controle dos federalistas, decidir a eleição. Isso levou a manobras pelo Partido Federalista no Congresso e por Burr, surgindo um período de incerteza com relação a quem viria a ser o presidente. Por fim, as cabeças frias prevaleceram, e Jefferson foi eleito presidente pela Câmara. Mas a experiência levou à 12ª Emenda à Constituição, com a determinação de que cada eleitor deposite um voto para presidente e outro para vice-presidente.

SISTEMA BIPARTIDÁRIO

Os autores da Constituição não conceberam um sistema de partidos políticos e com certeza não pretendiam que o Colégio Eleitoral promovesse isso. Mas, no decorrer do tempo, o Colégio Eleitoral fortaleceu o sistema bipartidário de democratas e republicanos.

Em primeiro lugar, os estados mudaram suas eleições para o sistema de “o vencedor leva tudo”. Nesse sistema, o partido precisa ser forte o suficiente em determinado estado para vencer no voto popular; não basta apenas obter uma porcentagem considerável.

Em segundo lugar, o Colégio Eleitoral faz com que seja necessário os partidos ganharem estados em diversas regiões do país. É impossível ganhar a maioria vencendo somente no Sul ou no Nordeste. E, de fato, quase todos os últimos candidatos presidenciais vencedores ganharam na maioria dos estados.

Depois da eleição de 1800, quando o Colégio Eleitoral foi alterado, somente uma vez a eleição presidencial não teve um vencedor com a maioria dos eleitores, transferindo assim a responsabilidade da decisão para a Câmara dos Deputados. Isso foi em 1824, quando o então recente sistema partidário estava evoluindo.

Em 1860, o republicano Abraham Lincoln venceu as eleições com uma pluralidade dos votos populares, menos de 40%, beneficiando-se da divisão do Partido Democrata e da multiplicidade de candidatos, mas ainda assim obteve a maioria entre os eleitores do Colégio Eleitoral.

De vez em quando, candidatos de um terceiro partido, como o ex-presidente Theodore Roosevelt em 1912, concorrendo contra seu protegido, o presidente William Howard Taft, ganham estados e votos do Colégio Eleitoral. Mas esses candidatos de terceiros partidos nunca venceram as eleições para a Presidência, e esses partidos costumam desaparecer com rapidez, visto não serem

capazes de sustentar o esforço nacional necessário para chegar à Presidência ou ganhar um número significativo de cadeiras no Congresso.

Desde 1972, nenhum candidato de terceiro partido ganhou a maioria em um único estado. Mesmo o candidato Ross Perot, que obteve quase 20% dos votos populares em 1992, não foi forte o suficiente para ganhar uma pluralidade de votos em um único estado.

A PROVA DO TEMPO

Houve muitas manobras para alterar o Colégio Eleitoral e adotar a votação popular nacional direta. Desde a sua criação, o Colégio Eleitoral foi alterado de maneira formal por emenda constitucional e de maneira informal, à medida que vários sistemas partidários que interagem com ele surgiram e desapareceram. Os autores da Constituição reconheceriam o Colégio Eleitoral atual como uma instituição compatível com a separação de poderes, com a eleição do presidente sem dependência do Congresso e dos estados.

Os autores não previram o surgimento dos partidos políticos, mas desejavam personalidades nacionais ocupando o cargo de presidente, e uma consequência do Colégio Eleitoral foi tornar difícil para terceiros partidos, facções regionais ou personalidades de menor expressão ganhar a Presidência.

Em resumo, a idéia básica do Colégio Eleitoral de eleger um presidente com amplo apelo popular, não dependente do Congresso e com envergadura nacional ainda vigora atualmente. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Como Funciona o Colégio Eleitoral



Steven Semel/AP Images

Eleitores presidenciais do Colégio Eleitoral fazem juramento em dezembro de 2000 na Assembléia Legislativa de Massachusetts, em Boston

Base constitucional

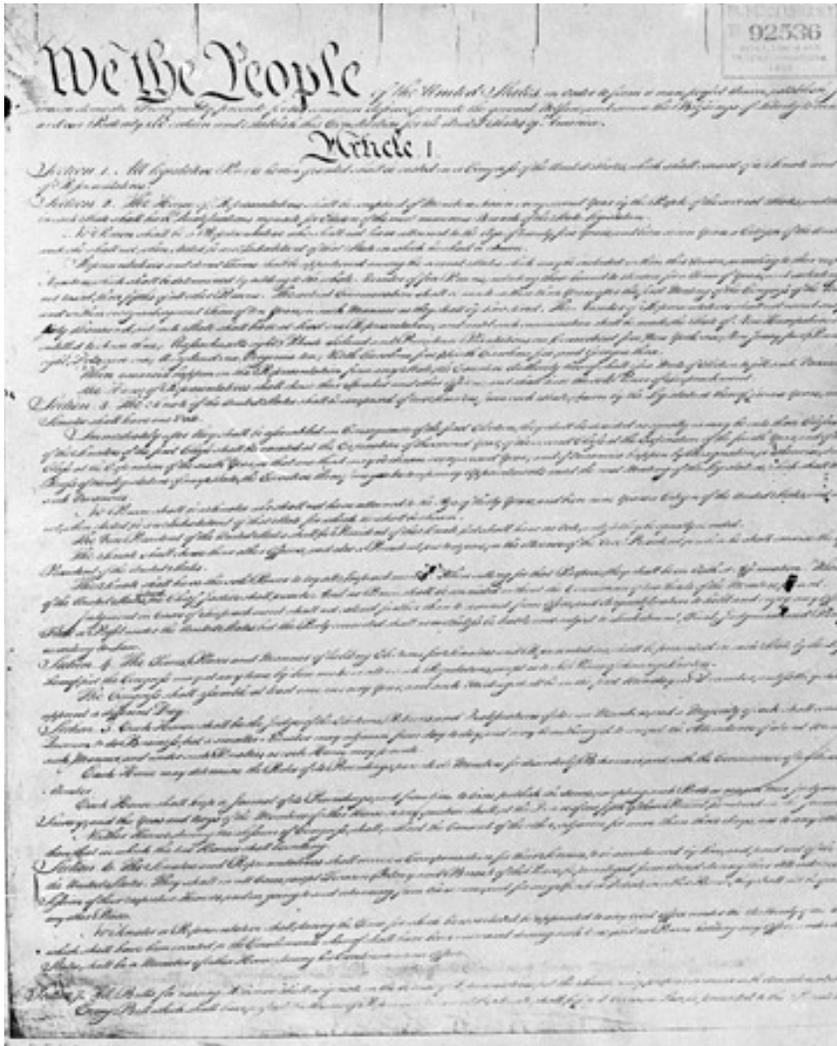
Extratido do Artigo II, Sessão 1, da Constituição dos EUA

O poder executivo será investido no presidente dos Estados Unidos da América. Ele permanecerá no cargo pelo período de quatro anos e, junto com o vice-presidente, escolhido pelo mesmo período, será eleito da seguinte forma:

Cada estado indicará, da maneira como determinar seu Legislativo, um número de eleitores do Colégio Eleitoral igual ao número total de senadores e deputados ao qual o estado tem direito no Congresso: mas nenhum senador ou deputado e nenhuma pessoa ocupando cargo de confiança ou remunerado no governo dos Estados Unidos deverá ser indicado como eleitor no Colégio Eleitoral.

- O Colégio Eleitoral não é um lugar. É um processo que começa como parte do projeto original da Constituição dos EUA. O Colégio Eleitoral foi criado pelos fundadores dos Estados Unidos como uma solução conciliatória entre a eleição do presidente pelo Congresso e a eleição pelo voto popular direto. O povo dos Estados Unidos vota nos eleitores que comporão o Colégio Eleitoral, que, por sua vez, votam no presidente. Os Arquivos Nacionais é a agência do governo federal que supervisiona o processo.

- A cada estado é alocado um número de eleitores no Colégio Eleitoral igual ao número de seus senadores (sempre dois) mais o número de seus deputados, o qual é baseado no censo populacional realizado a cada dez anos. Atualmente, o populoso estado da Califórnia tem 55 eleitores no Colégio Eleitoral, e um estado com menos habitantes, como Dakota do Norte, pode ter apenas três ou quatro.



A Constituição estabelece a forma como funciona o Colégio Eleitoral, com poucas orientações sobre quem pode ser eleitor

• O Colégio Eleitoral consiste hoje de 538 eleitores (um para cada um dos 435 membros da Câmara dos Deputados e dos 100 senadores, mais 3 para o Distrito de Colúmbia, a capital nacional, Washington). É preciso maioria de 270 votos no Colégio Eleitoral para eleger o presidente e o vice-presidente.

• A Constituição dos EUA contém muito poucas disposições sobre as qualificações dos eleitores do Colégio Eleitoral. O Artigo II determina que nenhum membro do Congresso “ou pessoa ocupando cargo de confiança ou remunerado no governo dos Estados Unidos” deverá ser indicado para o Colégio Eleitoral.

• O processo de seleção dos eleitores varia de acordo com o estado. Geralmente, os líderes partidários estaduais indicam os eleitores nas convenções estaduais do partido ou por voto do comitê central estadual do partido. Os eleitores são quase sempre selecionados em reconhecimento a seus serviços e dedicação ao partido. Eles podem ser titulares de cargo eletivo estadual, dirigentes partidários ou pessoas que têm afinidade com o candidato a presidente.

• Os eleitores de cada estado escolhem os eleitores do Colégio Eleitoral comprometidos com um candidato presidencial no dia das eleições gerais — na terça-feira seguinte à primeira segunda-feira do mês de novembro (4 de novembro em 2008). O nome dos eleitores do Colégio Eleitoral pode ou não constar da cédula abaixo do nome dos candidatos que disputam a Presidência, dependendo dos procedimentos de cada estado.

• Os eleitores do Colégio Eleitoral de cada estado se reúnem na primeira segunda-feira seguinte à segunda quarta-feira do mês de dezembro (15 de dezembro em 2008) para escolher o presidente e o vice-presidente dos

Estados Unidos.

• Nenhuma disposição constitucional e nenhuma lei federal exige que os eleitores do Colégio Eleitoral votem de acordo com a votação popular de seu estado. Mas algumas leis estaduais determinam que os assim chamados eleitores infiéis sejam multados ou desqualificados por depositar um voto inválido, além da substituição desse eleitor. A Suprema Corte dos EUA não deliberou especificamente se o compromisso e as penalidades para quem não vota de acordo com o prometido podem ser aplicados nos termos da Constituição. Nunca um eleitor do Colégio Eleitoral foi processado por não ter votado de acordo com o prometido.

- Hoje em dia é raro um eleitor desconsiderar o voto popular e dar seu voto no Colégio Eleitoral a outro candidato que não o do partido. Esses eleitores geralmente têm cargo de liderança no partido ou foram escolhidos em reconhecimento a anos de serviços leais prestados ao partido. Em toda a história dos EUA, mais de 99% dos eleitores do Colégio Eleitoral votaram de acordo com o prometido.

- O total de votos do Colégio Eleitoral é que determina o presidente e o vice-presidente, não a pluralidade ou a maioria estatísticas de votos que um candidato possa obter no sufrágio popular em todo o país. Quatro vezes na história dos EUA — 1824, 1876, 1888 e 2000 — o candidato que obteve mais votos no pleito popular em todo o país não conseguiu a maioria dos votos no Colégio Eleitoral.

- Em 2008, os votos de 48 dos 50 estados e do Distrito de Colúmbia no Colégio Eleitoral serão dados de acordo com o princípio de o “vencedor leva tudo”. Por exemplo, todos os 55 votos da Califórnia no Colégio Eleitoral vão para o vencedor do sufrágio popular no estado, mesmo que a margem de vitória seja de apenas 50,1% a 49,9%. Somente dois estados, Nebraska e Maine, não seguem a regra do “vencedor leva tudo”. Nesses estados, os votos no Colégio Eleitoral poderão ser distribuídos entre os candidatos por meio de uma alocação proporcional de votos.

- O Congresso se reúne em sessão conjunta em janeiro do ano seguinte ao da eleição presidencial para contar os votos do Colégio Eleitoral.

- Se nenhum dos candidatos a presidente obtiver a maioria dos votos no Colégio Eleitoral, a 12ª Emenda à Constituição dispõe que a eleição presidencial seja decidida pela Câmara dos Deputados. A Câmara selecionará o presidente por maioria de votos, escolhendo entre os três candidatos que receberam o maior número de votos no Colégio Eleitoral. O voto será dado por estado,

com cada delegação estadual tendo direito a um voto. Se nenhum candidato a vice-presidente obtiver a maioria dos votos no Colégio Eleitoral, o Senado selecionará o vice-presidente por maioria de votos, e cada senador escolherá entre os dois candidatos com maior número de votos no Colégio Eleitoral.

- A Câmara escolheu o presidente duas vezes, em 1800 e 1824. O Senado escolheu o vice-presidente uma vez, em 1836.

- Fontes de referência indicam que nos últimos 200 anos mais de 700 propostas foram apresentadas ao Congresso para reformar ou eliminar o Colégio Eleitoral. Houve mais propostas de emendas constitucionais para modificar o Colégio Eleitoral do que sobre qualquer outro assunto.

- As opiniões sobre a viabilidade do sistema de Colégio Eleitoral podem ser afetadas por posturas em favor dos terceiros partidos — outros que não os partidos Democrata e Republicano. Os terceiros partidos não têm se saído bem no sistema de Colégio Eleitoral. Em 1948 e em 1968, candidatos de terceiros partidos com apelo regional conquistaram blocos de votos no Colégio Eleitoral no Sul, o que pode ter afetado o resultado, mas não chegou perto de ameaçar seriamente o vencedor do partido principal. O último candidato de terceiro partido que apareceu com força foi o ex-presidente republicano Theodore Roosevelt, que em 1912 concorreu à Presidência mais uma vez por outro partido. Ele acabou em um distante segundo lugar na eleição popular e no Colégio Eleitoral (com 88 dos 266 votos necessários para vencer). Embora Ross Perot tenha obtido 19% dos votos no sufrágio popular geral em 1992, não conseguiu nenhum voto no Colégio Eleitoral, já que não era particularmente forte em nenhum estado. ■

Fonte: Arquivos Nacionais

Como Conquistar a Maioria no Colégio Eleitoral

David Mark

O sistema de Colégio Eleitoral torna a eleição do presidente dos Estados Unidos muito mais complicada do que a simples contagem dos votos populares. Os principais partidos políticos têm de forjar estratégias para conquistar os poucos estados decisivos que podem determinar a eleição.

David Mark é editor sênior de Politico e politico.com, publicações impressa e digital que cobrem a política nacional americana.

Os americanos votam para presidente dos Estados Unidos a cada quatro anos, mas, por estranho que possa parecer, não há eleições nacionais. Ao invés disso, os americanos votam para a Presidência em 51 eleições individuais nos 50 estados e no Distrito de Colúmbia (a capital, Washington). Em conjunto, essas contagens compõem o Colégio Eleitoral e decidem as campanhas presidenciais.



O candidato democrata Barack Obama em campanha em Ohio, onde perdeu a eleição primária democrata para Hillary Clinton

Juntar esses fragmentos para obter a maioria no Colégio Eleitoral é uma tarefa complexa. As campanhas presidenciais gastam horas infindáveis concebendo estratégias para alcançar o número mágico de 270 votos no Colégio Eleitoral, a maioria do total de 538. Alcançar a maioria do Colégio Eleitoral significa inevitavelmente

gastar tempo e recursos preciosos em um estado em detrimento de outro. Nas últimas semanas antes das eleições, as campanhas têm de tomar decisões difíceis diariamente no que diz respeito aos estados que devem ser seriamente escolhidos como meta e os que devem ser abandonados. Fazer a escolha errada no que diz respeito aos estados nos quais fazer campanha resulta na diferença entre conquistar a Casa Branca e cair no gelo político no dia da posse, 20 de janeiro.

Entretanto, a realidade política é de que a maioria dos estados, cerca de 30, é, com toda probabilidade, seguramente democrata ou republicana, não estando seriamente em disputa. Gastar tempo e dinheiro nesses estados seguros seria um grave desperdício para qualquer campanha.

CAMPO DE DISPUTA ESTÁTICO

A primeira década do século 21 mostrou que há cada vez menos metas óbvias do que nas eleições presidenciais passadas. É digno de nota que tenha havido pouca reviravolta no mapa eleitoral entre as eleições presidenciais de 2000 e 2004. Na verdade, apenas três estados mudaram de lado: Iowa e Novo México, que transferiram o apoio ao candidato democrata Al Gore em 2000 para o presidente republicano George W. Bush em 2004, e New Hampshire, que apoiou Bush em 2000, mas foi a favor do candidato democrata John Kerry quatro anos depois. Isso configura um dos mapas presidenciais mais estáticos dos últimos tempos.

Entretanto, em 2004, em 13 estados a eleição foi definida por sete ou menos pontos percentuais de diferença: Colorado, Flórida, Iowa, Michigan, Minnesota, Nevada, New Hampshire, Nova Jersey, Novo México, Ohio, Oregon, Pensilvânia e Wisconsin. Assim, em 2008, os estrategistas da campanha do candidato republicano John McCain e do portador do estandarte democrata Barack Obama procuram formas de expandir seu campo de disputa e colocar os votos do Colégio Eleitoral de mais estados em jogo.

O plano de Obama, por exemplo, pretende ampliar o

mapa eleitoral desafiando McCain em estados tipicamente republicanos, que incluem a Carolina do Norte, Missouri e Montana. Enquanto isso, a estratégia de McCain tem como objetivo competir por estados que votaram recentemente no Partido Democrata, como Pensilvânia — onde Obama perdeu feio para a senadora Hillary Clinton nas eleições primárias para a indicação democrata — e Michigan, onde Obama não competiu nas primárias. Os assessores das duas campanhas prevêem confiantemente que roubarão estados que estiveram na coluna do outro partido nas últimas eleições.

ESTRATÉGIAS DO COLÉGIO ELEITORAL

O caminho de Obama em direção aos 270 votos necessários do Colégio Eleitoral começa por conservar cada estado conquistado por John Kerry em 2004 e concentrar-se em um punhado de estados que seus assessores acreditam estarem propensos à conversão. Kerry conquistou 252 votos do Colégio Eleitoral. Para angariar mais 18 votos eleitorais, Obama estabeleceu como meta Iowa, Virgínia, Carolina do Norte, Novo México, Nevada e Colorado, entre outros. Sua lista também inclui Ohio, onde perdeu a eleição primária para Hillary Clinton, mas que mudou drasticamente para os democratas nas eleições de meio mandato de 2006. McCain, por sua vez, espera que os eleitores ajudem-no a conservar Ohio, que foi central para o sucesso republicano nas duas últimas eleições presidenciais, e a converter Michigan, Pensilvânia e Wisconsin para a coluna republicana.

Mas às vezes as estratégias das campanhas para angariar votos no Colégio Eleitoral não são tudo que parecem. Frequentemente, envolvem-se na elaboração de estratégias para fazer parecer que estão gastando enormes quantias para conquistar um estado, quando na realidade não têm essa intenção. A idéia é forçar a campanha do rival a gastar tempo e dinheiro preciosos em estados que do contrário considerariam seguros — para que defendam seu próprio território.

Um exemplo clássico dessa estratégia de “despistagem” ocorreu durante os movimentados dias de fechamento da campanha presidencial de 2000, quando o vice-presidente democrata Al Gore concorreu para a sucessão de seu chefe, o presidente Bill Clinton, contra o candidato republicano, o governador do Texas, George W. Bush. Em outubro de 2000, a poucas semanas do dia da eleição, a campanha de Bush tomou a decisão questionável de veicular propagandas caras de rádio e televisão na Califórnia, que, com 54 votos do Colégio Eleitoral (agora tem 55), é o grande filão da política presidencial. A equipe de Bush

gastou mais de US\$ 1 milhão com propaganda nos caros mercados de mídia da Califórnia — Los Angeles, São Francisco e São Diego —, e o candidato republicano a vice-presidente, Dick Cheney, gastou um dia precioso indo de um lugar para outro do estado nos últimos dias da campanha.

No entanto, a campanha de Gore não mordeu a isca. Confiantes na força do apoio democrata na Califórnia, a equipe concentrou seus recursos finitos em outro lugar. Essa se mostrou uma estratégia sagaz, já que Gore conquistou a Califórnia com facilidade, com 53% dos votos, contra 42% de Bush.

Em Ohio, contudo, a campanha de Gore retrocedeu cedo demais e negou a si mesma a possibilidade de conquistar os 21

votos do Colégio Eleitoral do estado. Embora a campanha de Gore esperasse uma vitória republicana generalizada em Ohio, Bush acabou vencendo por apenas 3,5 pontos percentuais. Com mais cuidado, o resultado do estado poderia muito bem ter sido diferente, e a vitória teria mais do que garantido a Presidência a Gore.

Os candidatos de 2008 também mencionaram diversos estados como possibilidade para se sobressaírem. Entretanto, é improvável que isso aconteça na realidade. Os assessores de Obama afirmaram que alguns estados nos quais pretendem fazer campanha — como Geórgia, Missouri, Montana e Carolina do Norte — poderão, no final das contas, não se tornar democratas. Mas o resultado que adviria de um esforço desse tipo poderia



O candidato republicano John McCain em campanha em Ohio, um dos estados mais divididos

Carolyn Kaster/AP Images

forçar McCain a gastar dinheiro ou fazer campanha nos locais que considerasse terreno seguro, em vez de usar esses recursos em estados que seriam campos de batalha cruciais, como Ohio.

○ VENCEDOR LEVA TUDO

Para os estrategistas da campanha presidencial, um dos aspectos mais frustrantes do Colégio Eleitoral é a regra, existente em quase todos os estados, de que o vencedor da eleição no estado todo fica com todos os votos eleitorais daquele estado, a despeito de quão pequena possa ser a margem. Em 2000, George W. Bush obteve sua famosa vitória na Flórida — e a Presidência — por 537 votos dos mais de 6 milhões do Estado Ensolarado. Ainda assim, até mesmo a menor das margens, oficializada só depois de 36 dias de disputas legais e uma decisão da Suprema Corte contrária à recontagem no estado, foi suficiente para dar à chapa republicana todos os votos eleitorais do estado.

Em 1988, o candidato republicano George H.W. Bush conquistou 426 votos do Colégio Eleitoral contra os 112 votos obtidos pelo governador de Massachusetts, Michael Dukakis, candidato democrata, dando a impressão de ser uma vitória esmagadora. Mas as margens de vitória de Bush em muitos estados foram relativamente pequenas, o que tornou sua vitória ampla, mas pouco profunda (na Califórnia, 51% contra 48%; em Connecticut, 52% contra 47%; em Illinois, 51% contra 49%; em Maryland, 51% contra 48%; no Missouri, 52% contra 48%; no Novo México, 52% contra 47%; na Pensilvânia, 51% contra 48%; em Vermont, 51% contra 48%). Os diferenciais de voto em outros estados ricos do Colégio Eleitoral não foram significativamente maiores. Com uma campanha mais apta a responder aos ataques que sofreram e mais agressiva no estabelecimento da agenda de suas questões, os democratas poderiam ter vencido.

E, em 2000, Gore perdeu New Hampshire por 48,1% contra 46,8%. Esta provou ser uma margem crucial, pois os quatro votos de New Hampshire poderiam ter dado a Gore a maioria do Colégio Eleitoral de 271 votos — tornando os resultados controversos da Flórida irrelevantes. Fora isso, uma vitória de Gore em seu estado natal, o Tennessee, teria decidido as eleições em 2000. Em vez disso, os 11 votos do Tennessee foram para Bush, por apenas quatro pontos percentuais, fazendo com que Gore se tornasse o primeiro candidato à Presidência a perder em seu estado natal desde a derrota do democrata George McGovern em 1972, o que contribuiu para que perdesse a Presidência.

ELEGIBILIDADE NA ELEIÇÃO GERAL

Quando os eleitores das eleições primárias democratas e republicanas votam no candidato de seu partido,

frequentemente levam em consideração não só seus candidatos preferidos, com base em suas propostas e qualidades pessoais, mas também qual deles tem mais chance de vencer a eleição geral em novembro.

Há um motivo muito importante pelo qual John Kerry venceu a candidatura presidencial democrata em 2004 e não o antigo governador de Vermont, Howard Dean. Logo no início do ciclo eleitoral, as críticas furiosas de Dean contra a guerra do Iraque e as políticas do governo Bush em geral impulsionaram-no da obscuridade para a dianteira das primárias democratas. Sua retórica inflamada despertou os eleitores das primárias democratas, que se sentiam frustrados porque muitos dos líderes de seu próprio partido no Congresso não se mostravam dispostos a desafiar Bush de forma agressiva.

Contudo, o desempenho irregular de Dean ao longo da campanha e sua inexperiência com a política nacional fizeram com que os eleitores das primárias democratas acabassem escolhendo Kerry, que havia sido senador por quase 20 anos. Kerry era um conhecido orador verborágico e disponível, ainda que pouco inspirador, e foi considerado um oponente mais forte contra Bush. Logo em seguida às eleições primárias, ouviu-se o comentário de que muitos democratas “namoraram Dean, mas se casaram com Kerry”.

O mapa do Colégio Eleitoral tornou-se uma questão central na disputa pela indicação do candidato democrata à Presidência em 2008. Em uma corrida que durou quase seis meses e não foi decidida até que houvessem sido realizadas todas as primárias e prévias nos estados, Hillary Clinton argumentou que deveria ser a candidata de seu partido porque tinha mais chances de vencer o candidato republicano John McCain na eleição geral do que seu rival pela indicação democrata, Barack Obama.

Hillary ressaltou suas vitórias nas primárias de estados decisivos como Ohio, Pensilvânia e Virgínia Ocidental. O argumento pareceu surtir pouco efeito sobre os democratas, que escolheram Obama como candidato do partido para enfrentar McCain.

Os democratas descobrirão em 4 de novembro se o eleitorado validará a escolha do candidato do partido. Afinal, uma coalizão vencedora do Colégio Eleitoral é um alvo em constante mudança nas campanhas. Talvez o mais vexatório seja que esta é praticamente a única faceta do governo americano na qual o vencedor do maior número de votos numa eleição não se torna automaticamente seu vencedor. Enquanto as campanhas de Obama e McCain trabalham freneticamente nas últimas semanas da eleição para juntar ao menos 270 votos, o que aparenta ser uma combinação que conduzirá à vitória num dia pode dar errado no único momento que realmente conta — a contagem estado por estado no dia da eleição. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Um Dia na Vida de um Eleitor do Colégio Eleitoral

Bruce Odessey



Charlie Riedel/AP Images

O candidato de Willard, o democrata John Kerry (à direita), venceu em Delaware em 2004, mas perdeu para o presidente George W. Bush nacionalmente nos votos popular e do Colégio Eleitoral

Timothy Willard, um dos 538 eleitores do Colégio Eleitoral que votou para presidente em 2004, narra sua experiência. Seu candidato perdeu.

Bruce Odessey é o editor-gerente desta edição de eJournal EUA.

Um dia em dezembro de 2004, o advogado Timothy G. Willard deixou por algumas horas seu escritório em Georgetown, Delaware, e viajou para a capital do estado, Dover, a fim de votar para presidente dos Estados Unidos.

Muitas pessoas, provavelmente, acreditavam que os cidadãos de Delaware haviam votado para presidente um mês antes, mas na realidade tinham votado para três eleitores do Colégio Eleitoral comprometidos a dar seu

voto ou para o republicano George W. Bush ou para o democrata John F. Kerry.

Willard era militante do Partido Democrata estadual; ex-presidente do partido no condado, havia sido delegado na convenção nacional de indicação partidária em 2000 e trabalhado na plataforma política estadual do partido em 2004.

Delaware, um dos menores estados da União, tinha apenas três votos no Colégio Eleitoral em 2004. (A Califórnia, o maior estado, tinha 55). Delaware coincidentemente tem somente três condados, e o presidente estadual do Partido Democrata indicou uma pessoa de cada condado, inclusive Willard, do condado de Sussex, para ser eleitor do Colégio Eleitoral se Kerry ganhasse o voto popular em Delaware.



Timothy Willard passou seu dia de trabalho como eleitor do Colégio Eleitoral no Capitólio do estado de Delaware, em Dover

O DIA DA ELEIÇÃO EM DOVER

Kerry realmente venceu em Delaware, com 53% do voto popular. Na verdade, os candidatos democratas à Presidência ganharam todas as eleições em Delaware desde 1988. E assim Willard teve a oportunidade de ir a Dover votar no Colégio Eleitoral em 13 de dezembro, a primeira segunda-feira depois da segunda quarta-feira de dezembro, conforme determina a Constituição dos EUA para os eleitores do Colégio Eleitoral de todos os estados e do Distrito de Colúmbia (a capital nacional, Washington).

Às 10 horas da manhã, Willard e seus dois colegas sentaram-se no decorado salão da Câmara dos Deputados de Delaware, escolheram um deles como presidente e depois cumpriram seu dever.

Eles receberam o resultado oficial da eleição de novembro, proveniente do Departamento Eleitoral estadual, e assinaram vários documentos certificando os resultados: três votos eleitorais para Kerry como presidente, três votos eleitorais para o companheiro de chapa de Kerry, John Edwards, como vice-presidente. Eles encaminharam os documentos para o secretário de Estado de Delaware para envio aos Arquivos Nacionais, em Washington. Algumas semanas depois, o Congresso dos

EUA contou oficialmente os votos do Colégio Eleitoral para presidente e vice-presidente, inclusive os de Willard.

Mas como todos já sabiam, Bush venceu Kerry por 286 a 252.

CERIMONIAL

Os eleitores do Colégio Eleitoral não têm o mesmo poder de independência que os fundadores da nação imaginaram que teriam quando elaboraram a Constituição em 1787. Já em 1796, os partidos políticos que surgiam estavam mudando a dinâmica do Colégio Eleitoral.

Para Willard, a tarefa era mera formalidade. Ele provavelmente nem chegou a pensar em votar em alguém que não fosse John Kerry. Na verdade, a lei estadual de Delaware o proibia de votar em qualquer outro. (Ninguém sabe se a lei é constitucionalmente obrigatória, mas, de qualquer modo, os chamados eleitores infiéis são extremamente raros na história.)

“O evento em si não recebeu muita atenção da mídia, da imprensa e nem do público”, disse Willard. “Eu apenas me lembro de estar na Câmara dos Deputados, e as galerias não estavam lotadas.”

Mesmo assim, ele estava orgulhoso de ser útil em uma obrigação formal do ato de governar que precisava ser cumprida. “Foi uma grande honra participar de um processo que, penso, muitas pessoas não entendem”, disse.

Contudo, também disse que os americanos deveriam estudar sistemas alternativos para eleger o presidente, sistemas que não elejam um candidato com menos votos populares nacionais do que outro candidato, como ocorreu algumas vezes com o Colégio Eleitoral.

“Acho que precisamos explorar alternativas que sejam mais compreensíveis e mais simples”, afirmou Willard. “Estou apenas dizendo... Não acredito que uma coisa é boa se as pessoas não a entendem ou têm dúvidas ou são céticas em relação a ela.” ■

Cortesia: Joshua Daniel Franklin

Quando o Voto do Colégio Eleitoral É Diferente do Voto Popular

Thomas H. Neale



Biblioteca do Congresso, Divisão de Impressos e Fotografias

Charge política de 1824 retrata uma multidão de cidadãos ovacionando os candidatos (da esquerda para a direita) John Quincy Adams, William Crawford e Andrew Jackson

Por quatro vezes na história dos EUA, o sistema de Colégio Eleitoral resultou na eleição de um candidato a presidente com menor votação popular do que o outro em todo o país.

Thomas H. Neale é especialista em Governo Nacional Americano e elabora relatórios para o Congresso no Serviço de Pesquisa do Congresso.

Desde a primeira eleição presidencial nos EUA em 1788, o sistema de Colégio Eleitoral confirmou “a escolha popular” em 51 das 55 disputas, mas em quatro ocasiões o Colégio Eleitoral apresentou resultados controversos. Em três dessas disputas, 1876, 1888 e 2000, foram eleitos um presidente e um vice-presidente com a maioria dos votos do Colégio Eleitoral,

mas com menor votação popular do que seus principais adversários. Em 1824, não houve maioria no Colégio Eleitoral, e a Câmara dos Deputados elegeu o presidente.

1824: UM ACORDO CORRUPTO?

A iminente aposentadoria do presidente James Monroe sinalizou grandes mudanças na política dos EUA com a aproximação das eleições de 1824. Os dois partidos políticos na época eram o Federalista e o Republicano Democrático. Durante os 25 anos anteriores, o Partido Republicano Democrático controlou a Casa Branca, ao passo que o Partido Federalista perdia força. Em 1824, no entanto, o Partido Republicano Democrático mostrou sinais de cisão: os estados estavam ampliando o direito

de voto, a ordem estabelecida estava sendo questionada e o clima de mudança pairava no ar. Incapazes de chegar a um nome de consenso, as facções do Partido Republicano Democrático indicaram quatro candidatos: o secretário de Estado, John Quincy Adams, e o secretário do Tesouro, William Crawford, indicados oficiais; o senador Andrew Jackson, herói da Batalha de Nova Orleans; e Henry Clay, poderoso presidente da Câmara dos Deputados.

Após uma campanha inflamada — conduzida pelos representantes dos candidatos, uma vez que era considerado humilhante para os candidatos se envolverem na política de varejo —, os resultados foram irremediavelmente divididos. Jackson obteve mais votos populares e no Colégio Eleitoral, seguido por Adams, depois Crawford e Clay, mas nenhum dos quatro conseguiu maioria no Colégio Eleitoral. Nessas circunstâncias, a Constituição determinava que a Câmara dos Deputados escolhesse o presidente, com um voto de cada delegação estadual. Além disso, como só os três primeiros candidatos eram elegíveis, Clay foi eliminado.

Quando o Congresso se reuniu em Washington em dezembro de 1824, o resultado dividido das eleições já era conhecido, mas o anúncio oficial só seria feito em 9 de fevereiro de 1825; assim, durante dois meses a capital viveu uma ebulição de especulações políticas e manobras de bastidores. Ficou claro que Crawford, que se recuperava de um derrame cerebral, estava fora do páreo, e que a disputa seria decidida entre Adams e Jackson.

Esses dois candidatos apresentavam forte contraste: Adams, formado em Harvard, Massachusetts, na Nova Inglaterra, era um diplomata experiente e filho de presidente, ao passo que Jackson era um político tosco do Tennessee, da parte então considerada como o Oeste, herói militar e homem que lutou em vários duelos. O presidente da Câmara, Clay, o fiel da balança, negociou com partidários de Jackson e de Adams, mas ele e o candidato da Nova Inglaterra compartilhavam políticas semelhantes, e ambos desconfiavam profundamente de Jackson. Após uma longa reunião entre os dois em janeiro, ficou claro que Clay apoiava Adams. Duas semanas mais tarde, uma carta em um jornal da Filadélfia afirmava que Clay concordara em apoiar Adams em troca do cargo de secretário de Estado, caso Adams fosse eleito. Uma torrente de ataques e contra-ataques se seguiu, com os partidários de Jackson acusando Clay e Adams de terem feito um “acordo corrupto”.

Em 9 de fevereiro, o Congresso se reuniu para contar os votos do Colégio Eleitoral. Como esperado, Jackson

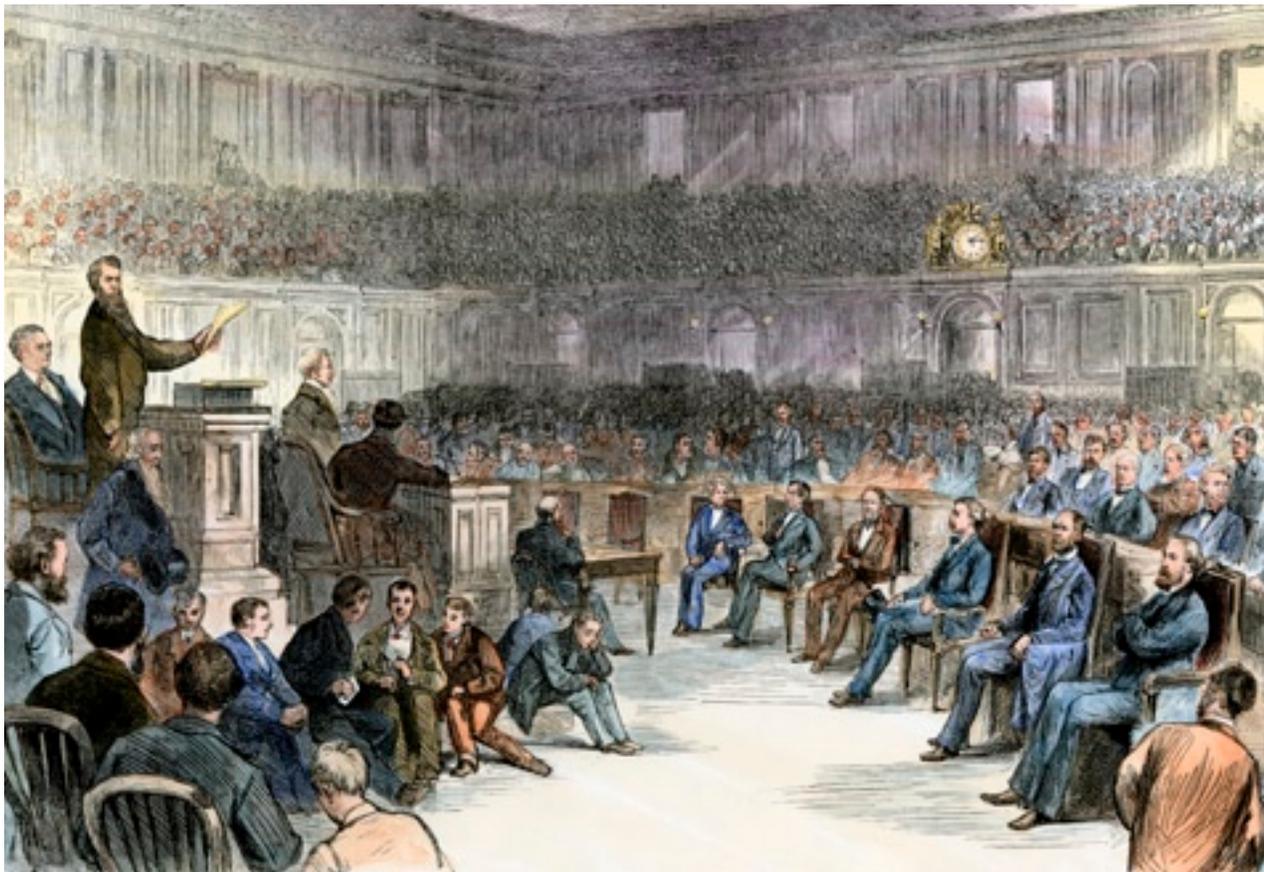
obteve 99 votos, 32 a menos do que os 131 necessários para vencer, Adams obteve 84 votos, Crawford, 41, e Clay, 37. Com a declaração dos resultados, a Câmara recorreu à sua obrigação constitucional, com ninguém menos do que Clay presidindo a sessão como presidente da Casa. Naquela época, quando a União era composta de 24 estados, eram necessários os votos de 13 delegações estaduais para vencer; os primeiros dados indicavam que 12 estados votariam em Adams, um a menos do que o necessário para obter a maioria.

Jackson esperava barrar Adams na primeira rodada, ganhar os partidários de Crawford, e depois pôr em ação alguns estados do candidato da Nova Inglaterra. O estado mais importante era Nova York, cuja delegação na Câmara estava dividida ao meio, com um representante indeciso. Na manhã da sessão para a contagem dos votos, Clay e o deputado Daniel Webster, do estado natal de Adams, convidaram o nova-iorquino indeciso para uma visita ao gabinete do presidente da Casa, Clay. Clay e Webster eram famosos pela oratória persuasiva, e qualquer coisa que dissessem deveria funcionar. Quando as delegações foram chamadas, Nova York estava na coluna de Adams, colocando-o em primeiro lugar. O resultado final foi: 13 estados votaram em Adams, 7 em Jackson e 4 em Crawford.

Onze dias depois, Adams anunciou que Clay seria seu secretário de Estado, dando novo alento às acusações de acordo corrupto. Adams e Clay sempre negaram o acordo, mas, verdadeira ou falsa, a acusação ofuscou a Presidência de Adams. Isso causou irritação e deu energias a Jackson e a seus simpatizantes, que começaram imediatamente a planejar sua próxima campanha presidencial. Quatro anos mais tarde, o candidato do Tennessee foi vingado ao derrotar Adams fragorosamente nas eleições de 1828.

1876: O COMPROMISSO DE 1877

Em 1876, o Partido Republicano, do falecido presidente Abraham Lincoln, (chamado de o Grande Velho Partido ou GOP) dominava a Presidência há 16 anos, mas seu controle estava em risco. O país estava mergulhado em uma grave depressão econômica pelo quarto ano consecutivo. O presidente Ulysses S. Grant retirava-se da vida pública após dois mandatos dominados por escândalos políticos. Os democratas, abalados por sua ligação com o Sul revoltoso durante a Guerra Civil, recuperaram força e confiança, conquistando a maioria na Câmara dos Deputados em 1874. E os eleitores brancos



Em fevereiro de 1877, o Congresso contou os votos do Colégio Eleitoral após disputa eleitoral contestada entre Tilden e Hayes

do Sul exigiam a retirada das tropas federais estacionadas na ex-Confederação para implantar a Reconstrução, política do governo federal que garantia os direitos políticos dos ex-escravos e salvaguardava os governos estaduais republicanos impostos depois da guerra.

Em suas convenções nacionais, os democratas indicaram o governador Samuel Tilden de Nova York para presidente, e os republicanos escolheram o governador de Ohio, Rutherford B. Hayes. Ambos tinham reputação de reformistas, e os dois partidos apresentavam plataformas semelhantes, defendendo um governo honesto e a reforma do serviço público civil. A campanha das eleições gerais foi dominada por ofensas injuriosas, por acusações e contra-acusações, mas os indicados mantinham-se fora do conflito, deixando os ataques políticos a cargo de seus representantes e dos jornais altamente partidários da época.

Mais de 8 milhões de eleitores compareceram no dia do pleito, 7 de novembro. No final da tarde, os resultados que chegavam por telégrafo mostravam forte

tendência democrata. Os redutos republicanos iniciaram ataques contra Tilden, e, pela manhã, parecia que ele havia ganho 17 estados por uma margem na votação popular de pelo menos 250 mil votos e por 184 votos no Colégio Eleitoral, na época apenas um voto a menos do que o necessário para atingir a maioria. Hayes estava atrás com 18 estados e 165 votos no Colégio Eleitoral, mas o Partido Republicano recobrou as esperanças quando os resultados mostraram pequena vantagem para Hayes nos estados da Flórida, da Louisiana e da Carolina do Sul, que controlavam 19 votos. Os democratas locais disputaram os resultados, acusando as tropas federais de terem manchado as eleições; o GOP rebateu com alegações de que os eleitores republicanos negros foram mantidos à força fora do pleito em várias localidades. Profundamente divididos, os estados enviaram ao Congresso dois certificados contraditórios sobre os resultados da eleição.

Previa-se uma batalha feroz pela disputa dos resultados, com os simpatizantes de ambos os candidatos ameaçando violência. O Congresso respondeu em janeiro

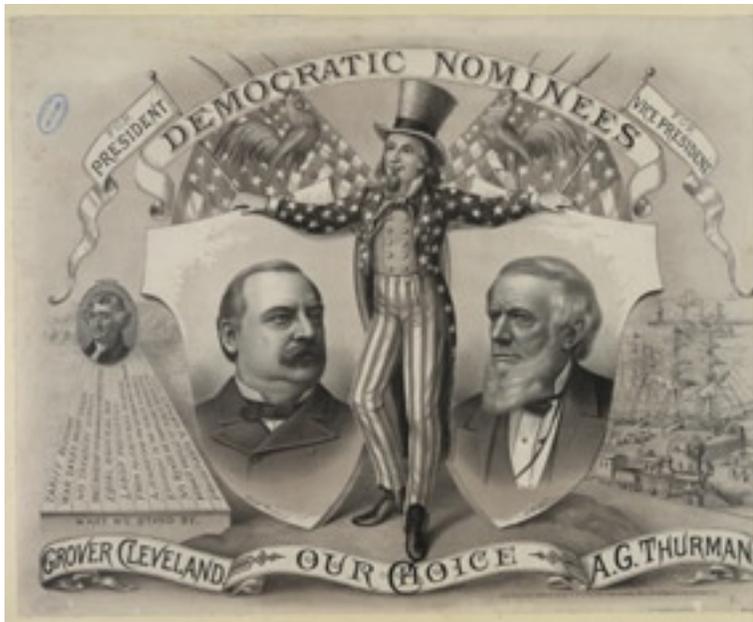
de 1877, com a criação de uma comissão eleitoral bipartidária composta de senadores, deputados e juizes da Suprema Corte. A comissão determinaria qual dos grupos de eleitores apresentava o melhor argumento. Em 1o de fevereiro, o Congresso se reuniu para contar os votos do Colégio Eleitoral; os votos polêmicos foram enviados à comissão, que examinou meticulosamente cada um deles. O processo continuou por mais de um mês, mas em cada caso a comissão votou por estreita margem para aceitar os eleitores republicanos. Em 2 de março, os últimos votos foram conferidos a Hayes, que foi declarado eleito por um voto de diferença, 185 contra 184 de Tilden.

Apesar do descontentamento generalizado entre os democratas, as ruas permaneceram quietas: durante o mês anterior, agentes dos partidos negociaram um acordo a portas fechadas, o Acordo de 1877. Tilden e o Partido Democrata aceitaram a vitória do GOP, e Hayes prometeu retirar as tropas federais dos estados que compunham a ex-Confederação, pondo um fim definitivo à Reconstrução. Com a saída do exército, os governos republicanos do Sul foram sendo derrotados à medida que os ex-escravos eram impedidos de votar por meio de manobras legais, intimidações e terrorismo. Essa perda de votos foi rapidamente seguida por leis de segregação, além de outras que discriminavam os negros, e foram necessárias oito décadas até que a nação reparasse o legado de 1877.

1888: FORA E DENTRO

A eleição presidencial de 1888 foi menos dramática em termos políticos do que as outras eleições polêmicas do Colégio Eleitoral. O presidente Grover Cleveland, democrata de Nova York, foi indicado para reeleição com uma plataforma de continuação da reforma do serviço público civil e redução tarifária. O Partido Republicano, defensor das tarifas, que beneficiavam a indústria americana mas mantinham preços altos ao consumidor, escolheu Benjamin Harrison, de Indiana, neto do presidente William Henry Harrison.

Cleveland não participou da campanha eleitoral, delegando a seus representantes a tarefa de transmitir sua mensagem ao público. Harrison, ao contrário, fez dezenas de discursos políticos em sua casa, realizando talvez a primeira campanha do estilo “varanda da frente”



O republicano Benjamin Harrison (acima) saiu vitorioso na eleição de 1888 ao vencer por pequena margem o então presidente e candidato democrata à reeleição, Grover Cleveland, em vários estados do norte

[*front porch*], na qual o candidato permanece em sua casa e faz vários discursos aos simpatizantes que vão visitá-lo. A campanha em si talvez tenha sido a mais corrupta da história dos EUA, com ambos os lados sendo acusados de comprar e vender votos, recorrer a truques políticos sujos e maquiagem o resultado eleitoral em benefício próprio.

Em 6 de novembro, mais de 11 milhões de americanos compareceram às urnas. Esperava-se uma eleição acirrada, e os resultados do pleito popular mostraram uma vantagem de Cleveland sobre o candidato republicano de 5.540.000 votos a 5.440.000. Harrison, no entanto, venceu a eleição com ampla maioria no Colégio Eleitoral: 233 votos a 168.

O que deu errado? Na eleição popular, Cleveland venceu com ampla margem nos estados do Sul, mas perdeu em muitos estados do Norte por apenas alguns milhares de votos em cada um. Harrison tomou posse sem muita controvérsia em 4 de março de 1889, mas quatro anos depois Cleveland concorreu novamente e dessa vez com sucesso, voltando à Casa Branca em 1893.

2000: A SUPREMA CORTE ENTRA EM AÇÃO

Poucas disputas presidenciais terminaram com tanto ressentimento quanto as eleições de 2000. Até hoje, após quase uma década, as emoções se inflamam entre os partidários do republicano George W. Bush e do democrata Al Gore quando as discussões se voltam para assuntos de “concauidades”, “votos não claros”, “perfurações parciais” ou sobre a decisão da Suprema Corte que pôs fim ao processo de recontagem dos votos na Flórida.

A campanha das eleições gerais, embora fortemente disputada, deu pouca indicação da controvérsia que estava por vir. Segundo a maioria das pesquisas, o governador Bush, do Texas, estava ligeiramente na frente, mas o vice-presidente Al Gore parecia estar diminuindo essa vantagem. Dois candidatos de partidos pequenos apresentaram fator complicador: o defensor dos consumidores, Ralph Nader, do Partido Verde, parecia tirar apoio dos eleitores de Gore, ao passo que Patrick Buchanan, candidato do Partido da Reforma, provavelmente tiraria votos de Bush na eleição popular.

Mais de 105 milhões de americanos votaram para presidente em 7 de novembro; no início da noite era evidente que a eleição seria acirrada. Gore teve uma pequena vantagem na votação popular em todo o país, e a eleição no Colégio Eleitoral foi apertada: Bush obteve 246 votos, Gore, 255, e 37 estados ficaram indecisos. O Novo México e o Oregon, com 12 votos, acabaram votando em Gore, mas a Flórida, com 25 votos decisivos no Colégio Eleitoral, e onde Bush levava uma pequena vantagem, continuava em disputa.

Reportagens falando de cédulas confusas e de outras irregularidades levaram a demandas para a recontagem dos votos nos condados e em todo o estado da Flórida. Os partidos Democrata e Republicano destacaram equipes de advogados e agentes políticos para defendê-los nos tribunais e na mídia. Disputas rancorosas e amplamente divulgadas sobre as recontagens dominaram a imprensa



O jornal Los Angeles Daily News declara George W. Bush vencedor de 2000 no dia seguinte à eleição, embora a contagem dos votos tenha se estendido por várias semanas

Nick Ut© AP Images

durante várias semanas, e os dois partidos entraram com ações judiciais no estado da Flórida e nos tribunais federais. Enquanto isso, o tempo corria: a legislação federal exigia que a Flórida declarasse seu voto no Colégio Eleitoral até 12 de dezembro.

Após uma série de idas e vindas, bem como de decisões conflitantes dos tribunais de instâncias inferiores, a Suprema Corte dos EUA decidiu por 5 votos a 4 que os procedimentos de recontagem na Flórida violavam a cláusula de igualdade de proteção da 14ª Emenda, e que, como não havia mais tempo de criar e implementar um plano diferente, o resultado seria mantido. A decisão da Justiça foi criticada pelos partidários de Gore como sendo politicamente tendenciosa a favor do Partido Republicano, mas a recontagem cessou, e George Bush foi declarado vencedor na Flórida com uma margem de 537 votos. Bush venceu no Colégio Eleitoral com 271 votos a 266 para Al Gore, que venceu a eleição popular com uma margem de cerca de 540 mil votos.

Embora profundamente desapontado, o vice-presidente Al Gore aceitou os resultados e pediu a seus partidários que respeitassem a decisão da Suprema Corte no melhor interesse da nação. Vários deputados contestaram os resultados quando o Congresso se reuniu para contar os votos do Colégio Eleitoral em 6 de janeiro de 2001, mas não tiveram apoio dos senadores e foram desautorizados por Gore, que, como vice-presidente, presidia a sessão. Bush tomou posse em 20 de janeiro, o primeiro presidente dos Estados Unidos em mais de um século que não venceu no sufrágio popular. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA, tampouco as políticas ou constatações do Serviço de Pesquisa do Congresso.

Reformar o Colégio Eleitoral? Não é Tão Fácil

David Lublin



Steve Helber/AP Images

A Suprema Corte interrompeu a recontagem dos votos na Flórida, acabando por decidir a eleição Bush-Gore de 2000 em favor de Bush

Reformar o sistema do Colégio Eleitoral para eleger o presidente dos EUA demandaria um tremendo esforço e um consenso hoje inexistente.

David Lublin é professor de Estudos sobre Governo da Escola de Diplomacia Pública da Universidade Americana em Washington, D.C.

Não é difícil apontar as razões pelas quais se pode desejar abolir o Colégio Eleitoral para eleger o presidente dos Estados Unidos — principalmente porque o sistema por vezes elege um candidato que recebeu menos votos populares em âmbito nacional do que outro. Mas descobrir como substituí-lo não é tão simples.

Uma das razões pelas quais é provável que o Colégio Eleitoral persista é a dificuldade em introduzir emendas à Constituição americana. Isso requer, em primeiro lugar, que o Congresso americano aprove a proposta com uma maioria de dois terços tanto na Câmara dos Deputados

quanto no Senado; em seguida, três quartos dos estados devem ratificá-la. A Constituição recebeu emendas apenas 27 vezes desde sua adoção em 1787. E isso inclui as dez primeiras emendas, conhecidas coletivamente como a Declaração de Direitos, aprovada logo após a ratificação da Constituição original.

Geralmente é necessário obter apoio da esmagadora maioria, se não consenso, para vencer os obstáculos à ratificação. Atualmente não existe esse consenso para abolir o Colégio Eleitoral. Muitos democratas acham que a derrota de seu candidato nas eleições presidenciais de 2000 revela a urgência da reforma, mas alguns republicanos, conseqüentemente, consideram os esforços para mudar o sistema como uma medida para desmerecer a vitória de seu candidato. A despeito de receber algum apoio em todas as linhas partidárias, não há consenso em favor da reforma.

Além disso, vários estados têm uma ampla gama de razões para se oporem à ratificação. Os estados pequenos recebem uma parcela de certa forma desproporcional



O voto popular direto para presidente poderia ter como resultado muitas outras contagens eleitorais acirradamente disputadas, como a que ocorreu na Flórida em 2000. Esses técnicos de computação estão recontando os votos em 8 de novembro de 2000, em Fort Lauderdale, Flórida

dos votos do Colégio Eleitoral, já que o número de votos atribuído a cada estado equivale ao número de senadores — sempre dois por estado — mais o número de deputados eleitos pelo estado — pelo menos um, não importa o tamanho da população. Os estados onde a disputa é acirrada, como foi o caso da Flórida e de Ohio nas eleições de 2000, 2004 e 2008, recebem mais atenção dos candidatos à Presidência porque os votos do Colégio Eleitoral são alocados segundo o método “o vencedor leva tudo” em todos os estados menos dois — Maine e Nebraska. Os opositores do Colégio Eleitoral identificam esse aspecto do sistema atual como uma falha, mas os estados marginais podem não querer abrir mão tão facilmente da atenção que lhes dispensam os candidatos à Presidência. Muitos americanos apreciam o fato de que o Colégio Eleitoral reflete a natureza federal dos Estados Unidos e resistem aos esforços de aboli-lo como a um ataque ao federalismo e à autonomia dos estados.

PACTO PELO VOTO POPULAR NACIONAL

Alguns defensores da reforma do Colégio Eleitoral sugerem que o país trabalhe com base em um processo de emenda por meio de um pacto interestadual que garanta que o vencedor da votação popular nacional se torne o presidente. Os proponentes do pacto pelo Voto

Popular Nacional sugerem que os estados responsáveis pela maioria dos votos do Colégio Eleitoral concordem em dar seus votos para o candidato à Presidência que vencer o voto popular nacional na eleição, a despeito de o candidato ter vencido ou não nesses estados. Adotar a reforma através de um pacto entre os estados seria muito mais fácil do que por meio de uma emenda constitucional. Seriam necessários 38 estados para ratificar uma emenda constitucional, mas apenas 11 dos estados mais populosos poderiam colocar em prática o pacto interestadual.

Parece uma solução inteligente, mas ela poderia lançar as sementes de novos problemas. Nos Estados Unidos, a eleição para presidente não é realmente uma eleição nacional única, mas 51 disputas distintas nos 50 estados e no Distrito de Colúmbia (a capital nacional, Washington). Como cada estado decide os candidatos a presidente e a vice-presidente que aparecem em sua cédula, conjuntos distintos de candidatos aparecem nas cédulas de vários estados. Mesmo com o pacto, os americanos ainda não teriam uma verdadeira eleição nacional, na qual cada eleitor teria as mesmas opções de candidato.

Os candidatos à Presidência poderiam até mesmo ter companheiros de chapa distintos nos diferentes estados. O pacto proposto determina que todos os votos de um estado para o candidato à Presidência ou Vice-Presidência contem para o total da chapa, ainda que a cédula

apresente um candidato a vice-presidente distinto. Por exemplo, o companheiro de chapa do candidato de um terceiro partido, Ralph Nader, não apareceu na votação da Califórnia em 2004. Ainda assim, todos os votos para Ralph Nader na Califórnia teriam contado não apenas para o seu total nacional, mas também para o de seu companheiro de chapa, embora este não tenha aparecido na votação — uma solução insatisfatória, no caso.

ALGUMAS QUESTÕES EM ABERTO

A acirrada disputa pela Presidência entre o republicano George W. Bush e o democrata Al Gore na Flórida em 2000 e seu impacto sobre o resultado foi um estímulo às exortações de reforma do Colégio Eleitoral. Ironicamente, o voto popular nacional provavelmente somaria problemas no caso de uma disputa acirrada.

Não existe nenhum mecanismo operante para decidir uma disputa acirrada em âmbito nacional — e o pacto pelo Voto Popular Nacional proposto não cria um. Todas as leis de recontagem dos votos regulamentam a perspectiva de uma eleição disputada no interior de um estado, mas não obrigam à recontagem no caso de uma eleição acirrada em âmbito nacional. Ademais, enquanto a mídia jornalística e os dois partidos políticos principais puderam dar grande atenção à recontagem no único estado em questão em 2000, eles teriam muito mais

dificuldade em fazer o mesmo em todo o país. Embora as chances de uma eleição apertada sejam menores em uma disputa nacional, os padrões do que constitui uma eleição acirrada também seriam muito menores.

A aplicabilidade de um pacto interestadual que regulamentasse como os estados dão seus votos no Colégio Eleitoral permanece uma questão em aberto. A Constituição dos EUA confere claramente às legislaturas estaduais o direito de determinar como os estados votam no Colégio Eleitoral. O pacto proibiria a desistência no período de seis meses antes da eleição, mas não está de modo algum claro que essa disposição seria legalmente aplicável. O pacto não contém disposições que prevejam o caso de os estados desistirem e os tribunais se recusarem a impedi-los.

Essas preocupações podem parecer pequenas e excessivamente técnicas, mas as eleições de 2000 revelaram a importância dos detalhes legais e a necessidade de estar pronto para o caso de uma improvável eleição disputada. A eleição popular nacional do presidente poderá acabar sendo viável, mas exigirá planejamento prévio cuidadoso em nível federal para que funcione e mais consenso do que existe atualmente para que aconteça. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Sistemas Eleitorais na Perspectiva Internacional

Andrew Ellis



Jacques Brimon/© AP Images

O prefeito de Paris, Bertrand Delanoë, foi eleito por um Colégio Eleitoral composto por membros da Câmara Municipal

O Colégio Eleitoral dos EUA tem características comuns com outros sistemas eleitorais do mundo todo, mas combinadas de uma forma única.

Andrew Ellis é diretor de Operações do Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (Internacional IDEA) em Estocolmo.

Há muitos critérios que podem ser usados para avaliar estruturas eleitorais. Alguns exemplos são o grau de representatividade, a estabilidade e a eficácia do governo, a prestação de contas do governo, a prestação de contas individual dos membros eleitos, o estímulo de partidos políticos fortes e a promoção da oposição e da fiscalização legislativa. Mas nenhum sistema eleitoral pode maximizar todos eles.

Ao elaborar estruturas institucionais, a pergunta a ser feita por qualquer sociedade é quais são os critérios importantes – e por quê? Dependendo das respostas, o projeto institucional pode buscar resolver. Entretanto, o impacto de qualquer sistema e estrutura eleitorais depende de muitas características e de como os detalhes interagem entre si.

Sistemas eleitorais diferentes podem produzir diferentes vencedores na mesma votação. O sistema eleitoral presidencial dos EUA possui um conjunto de características, nenhuma das quais singular por si só nem mesmo necessariamente marcante, mas que são únicas em suas combinações e efeito.

CATEGORIAS PRINCIPAIS

Quase todos os sistemas eleitorais do mundo podem ser divididos em três categorias principais: sistemas de pluralidade/majoritário, sistemas de representação proporcional e sistemas mistos. Dos 199 países e territórios com sistema eleitoral identificável no final de 2004, 91 usavam sistemas de pluralidade/majoritário para eleições legislativas, 72 usavam sistemas de representação proporcional e 30 usavam sistemas mistos. Os sistemas de seis outros países ficaram fora dessas categorias.

O sistema *first-past-the-post* (“o primeiro a cruzar a linha de chegada”) ou *winner-take-all* (“o vencedor leva tudo”) é o tipo mais comum de sistema de pluralidade/majoritário: foi usado em 47 dos 91 casos. Em

democracias consolidadas, os sistemas de representação proporcional são mais comuns, mas o uso do sistema “o vencedor leva tudo” pela Índia e pelos Estados Unidos significa que um número maior de pessoas vive em países e territórios que usam esse sistema.

Ao escolher um presidente, há, por definição, um vencedor. O sistema eleitoral usado é fadado a ser do tipo pluralidade/majoritário. No final de 2004, havia 102 países e territórios nos quais o povo votou para escolher um presidente. Esse total inclui países com um ou dois tipos de sistemas: um sistema presidencial, no qual o presidente atua tanto como chefe de Estado quanto como chefe do governo executivo por prazo determinado e não depende da confiança do Legislativo para permanecer no cargo; e um sistema parlamentarista, no qual o presidente é chefe de Estado com poucos poderes, ou não substanciais, e o governo executivo é chefiado por um primeiro-ministro que depende da confiança do Legislativo.

Desses 102 países, 78 usaram alguma forma de sistema de dois turnos. E, desses 78 países, 22 usaram um sistema “o vencedor leva tudo”; um deles usou o voto alternativo, pelo qual os eleitores numeram as suas preferências; e outro usou o voto complementar, pelo qual os eleitores apresentam suas primeira e segunda escolhas. O sistema “o vencedor leva tudo” é um modelo conhecido e aceito, embora não seja o mais comumente usado.

Os sistemas usados em 101 dos 102 países que escolhem um presidente envolveram o total geral de votos para cada candidato/chapa em todo o país. Entretanto, os Estados Unidos são singulares ao usar também um Colégio Eleitoral. Os votos dos eleitores em cada estado e no Distrito de Colúmbia são contados de forma separada para escolher os eleitores de cada um deles no Colégio Eleitoral, e o presidente então é escolhido por esses eleitores. A diferença prática apresentada por esse sistema é que ele cria a possibilidade de um candidato que obtenha a maioria dos votos em todo o país não seja eleito presidente. Isso, na prática, aconteceu em três ocasiões nas 55 eleições para presidente dos EUA (1876, 1888 e 2000)

COLÉGIOS ELEITORAIS

Os sistemas de Colégio Eleitoral são usados também às vezes para eleições locais. Em Paris, cada um dos 20

arrondissements (distritos da cidade) elege membros da Câmara Municipal usando um sistema eleitoral de dois turnos que tende a dar a maior proporção de cadeiras ao partido político que está na frente ou à lista de candidatos desse partido, mas esse sistema geralmente também permite a representação de um segundo partido ou lista. A lista provavelmente apresentará em destaque o nome do candidato a prefeito: a lista do prefeito atual fez campanha nas eleições de 2008 com o slogan oficial “Paris, tempo de progresso com Bertrand Delanoë”.

Após a divulgação dos resultados, os membros recém-eleitos da Câmara Municipal de Paris se reúnem e votam para eleger o prefeito. É necessária maioria absoluta para que o prefeito seja eleito no primeiro ou no segundo turno de votação. Se a votação caminhar para um terceiro turno, o prefeito é eleito pelo sistema “o vencedor leva tudo” e pode, assim, obter apenas a pluralidade dos votos.

Desse modo, os membros da Câmara Municipal formam um Colégio Eleitoral. Entretanto, a característica importante desse Colégio Eleitoral é que os membros da Câmara Municipal também formam o Legislativo da cidade durante todo o mandato do prefeito. A eleição do prefeito pelos legisladores serve para maximizar a possibilidade de ele ter o apoio da maioria do Legislativo da cidade durante seu mandato. Em contraste, os membros do Colégio Eleitoral para a Presidência dos EUA não têm outra função, e o sistema eleitoral não cria nenhum vínculo entre a Presidência e os membros do Congresso.

Ao discutir colégios eleitorais, alguns autores incluem países como Estônia, Índia, Suriname e Trinidad e Tobago, nos quais o presidente – geralmente um chefe de Estado em um sistema parlamentarista – é eleito pelos membros das duas casas de um Legislativo de duas câmaras ou por uma combinação de representantes eleitos em níveis nacional e local. Nesses países, os eleitores para o Legislativo escolhem seus legisladores e os candidatos a presidente não aparecem na cédula, nem nas eleições gerais, nem nas municipais. Esses sistemas seriam talvez melhor descritos como sistemas eleitorais indiretos do que como colégios eleitorais. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

O Colégio Eleitoral: Uma Visão Francesa

André Kaspi



Eric Fieberberg © AP Images

Os candidatos do Partido Socialista francês (a partir da esquerda) Dominique Strauss-Kahn, Laurent Fabius e Ségolène Royal participam de um debate para a eleição primária

O sistema americano de eleição do presidente permanece um mistério para os franceses, mas alguns aspectos do sistema político dos dois países parecem, na verdade, convergir.

André Kaspi é professor de História Americana na Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Este artigo foi traduzido para o inglês a partir do original francês.

Os franceses conseguem entender como funciona o Colégio Eleitoral dos EUA? Nada é menos certo! Tanto na França, desde 1962, quanto nos Estados Unidos, o povo elege o presidente da República, e as duas democracias o fazem por sufrágio universal. Os franceses, porém, preferem a eleição direta, que é na verdade um processo eleitoral em dois turnos, no qual qualquer cidadão ou cidadã pode tornar-se candidato desde que reúna mil assinaturas endossando sua candidatura. O primeiro turno permite que os candidatos se posicionem na corrida eleitoral; somente os dois candidatos mais votados podem tomar parte do segundo turno, que ocorre duas semanas mais tarde.

Isso significa que, depois de tudo concluído, o vencedor gozará da maioria absoluta dos votos do eleitorado. Os franceses acreditam que seu sistema seja bastante simples; é suficientemente aberto para não excluir ninguém, mas suficientemente restrito para permitir que apenas candidatos sérios, bem estabelecidos na vida política, concorram ao cargo.

Os americanos procedem de modo diferente. Cada um dos 50 estados e o Distrito de Colúmbia realizam sua própria eleição, ainda que no final das contas todos acabem aplicando regras e procedimentos essencialmente idênticos. Cada estado escolhe, por voto popular, uma lista de eleitores para o Colégio Eleitoral, e cada um desses eleitores representa um candidato. O número de nomes da lista corresponde ao número total de senadores (sempre dois) e deputados (cujo número depende da população do estado). A lista comprometida com um candidato que vencer por maioria simples ou absoluta dos votos leva todas as cadeiras do estado para o Colégio Eleitoral (o vencedor leva tudo) em todos os estados americanos, exceto dois.



Will Shilling/AP Images

Os eleitores do Colégio Eleitoral americano, como esses de Ohio, em 2004, provavelmente não desaparecerão tão cedo

A eleição presidencial, evento quadrienal, acontece na terça-feira seguinte à primeira segunda-feira de novembro. Em dezembro, o Colégio Eleitoral, composto pelos eleitores estaduais eleitos, escolhe por maioria absoluta o presidente e o vice-presidente dos Estados Unidos.

Esse processo eleitoral de duas etapas leva em consideração tanto a demografia americana quanto a igualdade política entre os estados da União, fato positivamente surpreendente para os franceses.

FEDERAL E NÃO CENTRALIZADO

Esquecemos que os Estados Unidos não são uma república centralizada como a França. Os estados que compõem a União têm sua própria história e sua própria vida constitucional e social. Eles também insistem em manter autonomia de sua influência. Alguns são pequenos ou pouco habitados; outros são muito populosos.

Os estados são iguais em alguns sentidos, porém — por razões demográficas e econômicas — alguns são nitidamente mais iguais que outros. É isso que torna o sistema americano tão complexo. Isso também explica a anomalia pela qual um candidato pode conquistar mais votos populares, porém menos votos do Colégio Eleitoral do que seu rival. Em 2000, George W. Bush foi eleito presidente apesar de Al Gore ter conquistado cerca de 500 mil votos populares a mais do que ele. Na França isso causou muita surpresa, para não dizer indignação.

A maioria dos americanos, no entanto, não parece querer alterar seu sistema eleitoral para que seja mais parecido com o francês, embora de tempos em tempos surjam idéias de reforma. Alguns cientistas políticos pedem um sistema mais parecido com o francês, apesar de não muitos entre seus compatriotas estarem convencidos disso, uma vez que cada estado deseja manter sua influência

política. Dentro de cada estado, as minorias étnicas, raciais e religiosas estão ansiosas para ter direito a opinar sobre os resultados da eleição, e não teriam mais essa possibilidade se suas opiniões fossem perdidas em um sistema eleitoral nacional simples.

Além do mais, os Estados Unidos e a França definem a cidadania de modo diferente. A democracia americana é multicultural; a votação por bloco cultural ocupa posição importante na vida política americana e pode gozar de influência somente no contexto de estados individuais. Portanto, ainda que o sistema tenha sido inventado no século 18 e alguns ainda sonhem em emendar a Constituição federal, a sobrevivência do Colégio Eleitoral não corre riscos. Essa instituição específica tem sua própria história em que se basear e tem futuro garantido

DIMINUINDO LACUNAS

Apesar disso, as eleições primárias americanas estão cada vez mais parecidas com o primeiro turno eleitoral da França, pois os democratas e os republicanos votam para eliminar os candidatos que não conseguirão percorrer todo o caminho. No Dia do Trabalho americano, em setembro, somente dois candidatos dos principais partidos permanecem, e o papel de qualquer um dos outros candidatos passa a ser insignificante, exceto se estiverem em condições de afetar o resultado nos estados divididos quase meio a meio.

Os franceses estão começando timidamente a promover eleições primárias. E, embora elas ainda não estejam organizadas de maneira sistemática, ajudam, de um modo ou de outro, a escolher os candidatos de cada partido político. Em 2006, por exemplo, o Partido Socialista apresentou três candidatos, e os militantes do partido escolheram um deles, a francesa Segolène Royal, para representá-los. Analogamente, e embora a União por um Movimento Popular (UMP) escolhesse outro caminho, os membros do partido tiveram de escolher um dos dois candidatos principais. Não é tão improvável assim ver esse mesmo processo expandido, adotado e repetido em futuras eleições presidenciais.

O método de escolha de um presidente, seja na França, seja nos Estados Unidos, reflete as bases culturais mais profundas de um país. Nada seria mais artificial e, portanto, lamentável, do que impor a um país o que funciona bem em outro. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Do Outro Lado do Atlântico, Algumas Semelhanças Surpreendentes

Philip John Davies



O Partido Trabalhista de Harold Wilson venceu as eleições em 1964 com vitórias apertadas em várias cadeiras

Os sistemas eleitorais americano e britânico são bem diferentes; entretanto, às vezes produzem resultados curiosamente semelhantes.

Philip John Davies é professor de Estudos Americanos da Universidade De Montfort, em Leicester, e diretor do Centro de Estudos Americanos Eccles da Biblioteca Britânica, em Londres, Reino Unido.

Salas de aula transatlânticas oferecem oportunidades especiais para aprender. Os estudantes britânicos, às vezes, surpreendem-se um pouco ao saber que os legisladores nos Estados Unidos freqüentemente participam de campanhas eleitorais nas quais as agendas

pessoais dos candidatos sobrepõem-se às mensagens políticas dos partidos.

Suas sobranceiras se erguem quando se deparam com provas de que os presidentes, inclusive os que pertencem ao mesmo partido político, podem ter uma boa dose de negociação e acordos a fazer com a legislatura para obterem algum sucesso em transformar a plataforma apresentada ao eleitorado em políticas de trabalho.

Às vezes, os estudantes comprimem os lábios diante da misteriosa estrutura do Colégio Eleitoral e de sua capacidade evidenciada recentemente de destinar o segundo lugar ao candidato com o maior número de votos populares nacionais.

“Os eleitores não têm garantia de que as políticas que apoiaram serão seguidas mesmo sendo o seu partido o vencedor! Não podem ter certeza de que o líder no qual a maioria deles votou será o escolhido! Isso é realmente democrático?”

Por sua vez, os estudantes americanos vêem suas desconfianças aumentadas diante do sistema eleitoral britânico, tão dominado por manifestações políticas do partido que as características individuais do candidato, em geral, fazem pouquíssima diferença nos resultados. O nível de controle sobre as políticas públicas demonstrado por um executivo que opera dentro da legislatura os preocupa.

E quando é chegado o momento de indicar o primeiro-ministro, eles podem ficar bastante surpresos com a tênue ligação entre o eleitorado e o processo de seleção.

“Os eleitores quase não se envolvem na escolha do primeiro ministro! Os partidos têm enorme controle da agenda política! Isso é realmente democrático?”

VISÕES VARIADAS DA DEMOCRACIA

No vocabulário político, democracia é sem dúvida uma palavra “empolgante”. De modo geral, as nações querem ser identificadas como democráticas, ainda que isso possa ser considerado mais como relações públicas do que como realidade. Durante o meio século em que a Alemanha esteve dividida, foi o setor comunista do



Doug Mills/AP Images

George W. Bush faz o juramento de posse em 20 de janeiro de 2001, depois de ter recebido menos votos populares em âmbito nacional do que o segundo colocado

Leste que se mobilizou para autodenominar-se República Democrática.

Mas mesmo as nações que aceitam as credenciais democráticas umas das outras podem elaborar seus sistemas de modos bem diferentes. Observando-se de um ponto de vista transcultural, as instituições democráticas e suas diferentes bases culturais e históricas podem parecer confusas, e paralelos que cruzam as fronteiras culturais podem se perder.

O sistema do Reino Unido continua direcionado para a centralidade da disputa política do partido. Modificações para a escolha da liderança do partido nos últimos anos incluíram a introdução de estruturas denominadas colégios eleitorais. Esses colégios têm por objetivo assegurar o equilíbrio da representação entre os grupos no interior dos partidos e, sem dúvida, devem algo às lições aprendidas do outro lado do Atlântico; contudo, de modo algum se baseiam nos princípios federalistas que são centrais para o Colégio Eleitoral dos EUA.

Apesar dessas diferenças, o processo de escolha do primeiro-ministro britânico, orientado pelo partido, tem aspectos tão misteriosos quanto a escolha de um presidente nos Estados Unidos.

Algumas semelhanças realmente surgem com o resultado das eleições. O Colégio Eleitoral dos EUA torna possível a vitória de um candidato que não tenha a maioria dos votos populares em âmbito nacional. Isso não deveria

ser um mistério para os observadores britânicos, pois em nenhuma das 17 eleições gerais britânicas realizadas desde o fim da Segunda Guerra Mundial o partido vencedor teve a maioria dos votos populares. Os conservadores foram os que chegaram mais perto, em 1955, com 49,7% do sufrágio popular. Mas em sete eleições pós-guerra, o partido vencedor obteve menos de 45%, e em três delas menos de 40%, dos votos populares, caindo para 35,2% nas eleições de 2005.

A IMPORTÂNCIA DOS PEQUENOS NÚMEROS

O vencedor do Colégio Eleitoral dos EUA, no entanto, pode ter recebido menos votos do que o segundo mais votado. Isso não acontece com muita frequência, mas as eleições de 2000 ressaltaram essa característica.

Fato semelhante pode ocorrer nas eleições gerais do Reino Unido. Em 1951, o Partido Trabalhista recebeu quase 1% a mais do total dos votos populares do que o Partido Conservador e seus aliados, mas terminou com 4% de cadeiras a menos. Em fevereiro de 1974 foram os conservadores que tiveram uma pequena liderança no voto popular, enquanto o Partido Trabalhista conseguiu mais cadeiras. Embora outros partidos tenham obtido cadeiras suficientes em âmbito nacional para manter o equilíbrio do poder, os trabalhistas formaram um governo minoritário.

As eleições de 2000 nos Estados Unidos mostraram a importância potencial dos pequenos números de votos em estados fundamentais, quando o resultado oscilou durante semanas, na dependência incerta do resultado da Flórida.

Novamente, é possível verificar semelhanças no Reino Unido. Em 1964, o Partido Trabalhista conseguiu 317 das 630 cadeiras disponíveis, obtendo uma maioria absoluta de quatro cadeiras sobre todos os partidos. Um distrito eleitoral foi ganho pelos trabalhistas por apenas sete votos, e três outras disputas acirradas na mesma eleição foram decididas por 10, 11 e 14 votos, respectivamente.

Sem dúvida, os observadores de muitos países continuarão a ampliar suas perspectivas a respeito da democracia ao olharem para além de suas fronteiras. As diferenças são reais, podem surpreender e oferecem um cenário de fundo contra o qual novas percepções podem surgir. E não se deve jamais pôr fim à diversão de observar as esquisitices de outras culturas políticas e, por meio delas, perceber nossas próprias esquisitices. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Recursos Adicionais

Livros, artigos e sites sobre o Colégio Eleitoral

Livros e artigos

Baker, Ross K. e Jamie Raskin. “O Colégio Eleitoral Continua Útil?”, *eJournal USA: Uma Longa Campanha: Eleições Americanas de 2008* (outubro de 2007): pp.40-45. <http://usinfo.state.gov/journals/itdhr/1007/ijdp/usefulness.htm>

Bennett, Robert W. *Taming the Electoral Colleg [Domando o Colégio Eleitoral]*. Stanford, Califórnia: Stanford Law and Politics, 2006.

Best, Judith. *The Choice of the People? Debating the Electoral College [Escolha Popular? Debatendo o Colégio Eleitoral]*. Lanham, Maryland: Rowman and Littlefield, 1996.

Bonsor, Kevin. “How the Electoral College Works.” [“Como Funciona o Colégio Eleitoral”] <http://www.howstuffworks.com/electoral-college.htm>

Colomer, Josep, org. *Handbook of Electoral System Choice [Manual sobre a Escolha do Sistema Eleitoral]*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2004.

Debating the Merits of the Electoral College. [Debatendo os Méritos do Colégio Eleitoral]. National Rádio Pública Nacional (27 de outubro de 2004). <http://www.npr.org/templates/story/story.php?storyId=4127863>

Edwards, George C. *Why the Electoral College Is Bad for America. [Por que o Colégio Eleitoral é Ruim para os Estados Unidos]*. New Haven, Connecticut: Yale University Press, 2004 New Haven, CT: Yale University Press, 2004.

Fortier, John C., org. *AAfter the People Vote: A Guide to the Electoral College [Depois do Voto Popular: Um Guia para o Colégio Eleitoral]*. Washington, DC: AEI Press, 2004.

Frey, William H. “The Electoral College Moves to the Sun Belt” [“O Colégio Eleitoral se Transfere para o Cinturão do Sol”]. *The Brookings Institution Research Brief*. Washington, DC: Instituto Brookings, maio de 2005. http://www.brookings.edu/metro/20050505_Frey.pdf

Glenn, Gary. “Contemporary Perspectives: The Electoral College and the Development of American Democracy” [“Perspectivas Contemporâneas: O Colégio Eleitoral e o Desenvolvimento da Democracia Americana”]. *Perspectives on Political Science*, vol. 32, no. 1 (primeiro trimestre de 2003); p.4.

Greenfield, Jeff. *The People's Choice [A Escolha Popular]*. Nova York: Plume, 1996.

Gregg, Gary L. *Securing Democracy: Why We Have an Electoral College [Garantindo a Democracia: Por que Temos um Colégio Eleitoral]*. Wilmington, Delaware: ISI Books, 2001.

Issacharoff, Samuel. “Law, Rules, and Presidential Selection” [“Lei, Regras e Escolha Presidencial”]. *Political Science Quarterly*, vol. 120, no. 1 (segundo trimestre de 2005): p. 113.

Kura, Alexandra, org. *Electoral College and Presidential Elections [Colégio Eleitoral e Eleições Presidenciais]*. Huntington, Nova York: Nova Science Publishers, 2001.

Longley, Lawrence D. *The Electoral College Primer, 2000 [A Cartilha do Colégio Eleitoral]*. New Haven, Connecticut: Yale University Press, 1999.

Neale, Thomas H. *The Electoral College: How It Works in Contemporary Presidential Elections*. Washington, DC: Congressional Research Service, 2004. <http://fpc.state.gov/documents/organization/36762.pdf>

Neale, Thomas H. *The Electoral College: How It Works in Contemporary Presidential Elections [O Colégio Eleitoral: Como Funciona nas Eleições Presidenciais Contemporâneas]*. Washington, DC: Serviço de Pesquisa do Congresso, 2004. <http://fpc.state.gov/documents/organization/82468.pdf>

Rakove, Jack N. “Presidential Selection: Electoral Fallacies” [“Escolha Presidencial: Fraudes Eleitorais”]. *Political Science Quarterly*, vol. 119, no. 1 (segundo trimestre de 2004): p. 21

Reynolds, Andrew, Ben Reilly e Andrew Ellis. *Electoral System Design: The New International IDEA Handbook [Projeto de Sistema Eleitoral: O Novo Manual do International IDEA]*. Estocolmo: International IDEA, 2005.
<http://www.idea.int/publications/esd/index.cfm#toc>

Ross, Tara. *Enlightened Democracy: The Case for the Electoral College [Democracia Iluminada: A Defesa do Colégio Eleitoral]*. Dallas, Texas: Colonial Press, 2004.

Schumaker, Paul D., org. *Choosing a President: The Electoral College and Beyond [Escolha de um Presidente. Além do Colégio Eleitoral]*. Nova York: Chatham House Publishers, 2002.

Shaw, Daron R. *The Race to 270: The Electoral College and the Campaign Strategies of 2000 and 2004 [A Corrida por 270: O Colégio Eleitoral e as Estratégias de Campanha de 2002 e 2004]*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

Should the Electoral College Count? [O Colégio Eleitoral Deveria Valer?]. *Jornal Washington Post*, em Programa Educacional (23 de novembro de 2004).
[http://www.washpost.com/niessonplans.nsf0/B08521CC22F805E085256F5B00547D90/\\$File/ElectoralCollege.pdf](http://www.washpost.com/niessonplans.nsf0/B08521CC22F805E085256F5B00547D90/$File/ElectoralCollege.pdf)

Thompson, Dennis. *Just Elections: Creating a Fair Electoral Process in the U.S. [Eleições Imparciais: Como Criar um Processo Eleitoral Justo nos EUA]*. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

Turner, Robert C. “The Contemporary Presidency: Do Nebraska and Maine Have the Right Idea? The Political and Partisan Implications of the District System” [“A Presidência Contemporânea: Nebraska e Maine Têm a Noção Exata? As Implicações Políticas e Partidárias do Sistema Distrital”]. *Presidential Studies Quarterly*, vol. 35, no. 1 (março de 2005): p. 116.

Wagner, David S. “The Forgotten Avenue of Reform: The Role of States in Electoral College Reform and the Use of Ballot Initiatives to Effect That Change” [“A Possibilidade Esquecida de Reforma: O Papel dos Estados na Reforma do Colégio Eleitoral e o Uso de Plebiscitos para Efetuar essa Mudança”]. *The Review of Litigation*, vol. 25, no. 3 (terceiro trimestre de 2006): p. 575.

Sites

270towin.com
<http://www.270towin.com/>

Sobre os Estados Unidos: A Constituição dos Estados Unidos da América com Notas Explicativas. Adapted Adaptado de *The World Book Encyclopedia* © 2004, World Book, Inc.
<http://www.america.gov/publications/books/the-constitution.html>

O Colégio Eleitoral
http://www.fairvote.org/e_college/?page=964

Mapa de Previsão do Colégio Eleitoral
<http://www.washingtonpost.com/wp-srv/politics/interactives/campaign08/electoral-college/>

Voto Popular Nacional
<http://www.nationalpopularvote.com/>

Simpósio On-line sobre as Propostas Recentes para Reforma do Colégio Eleitoral
<http://www.michiganlawreview.org/firstimpressions/vol106/electoral.htm>

Arquivos Nacionais dos EUA: Programa de Cálculo do Colégio Eleitoral
<http://www.archives.gov/federal-register/electoral-college/calculator.html>

Arquivos Nacionais dos EUA: O Colégio Eleitoral nos EUA
<http://www.archives.gov/federal-register/electoral-college/>

Quem Realmente Elege o Presidente?
<http://www.loc.gov/wiseguide/oct04/election.html>

Videos
O Colégio Eleitoral nas Eleições Americanas
<http://www.america.gov/multimedia/video.html?videoId=1691067575>

Tudo o Que Você Queria Saber Sobre o Colégio Eleitoral mas Tinha Medo de Perguntar
http://www.americanpressinstitute.org/pages/resources/2004/10/everything_you_wanted_to_know/

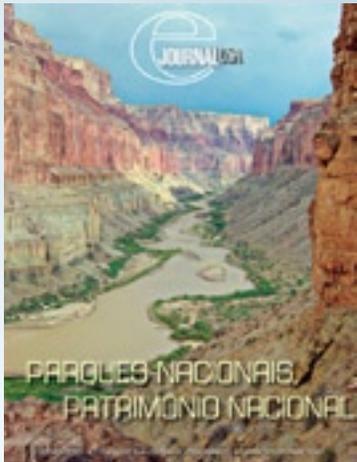
Estados Decisivos para as Eleições dos EUA
<http://www.america.gov/multimedia/video.html?videoId=1691067637>

O Departamento de Estado dos EUA não assume responsabilidade pelo conteúdo e disponibilidade dos recursos relacionados acima. Todos os links da internet estavam ativos em setembro de 2008



America.gov
Telling America's Story

Home page de eJournal USA
<http://www.america.gov>



UMA REVISTA
MENSAL
OFERECIDA EM
DIVERSOS
IDIOMAS

